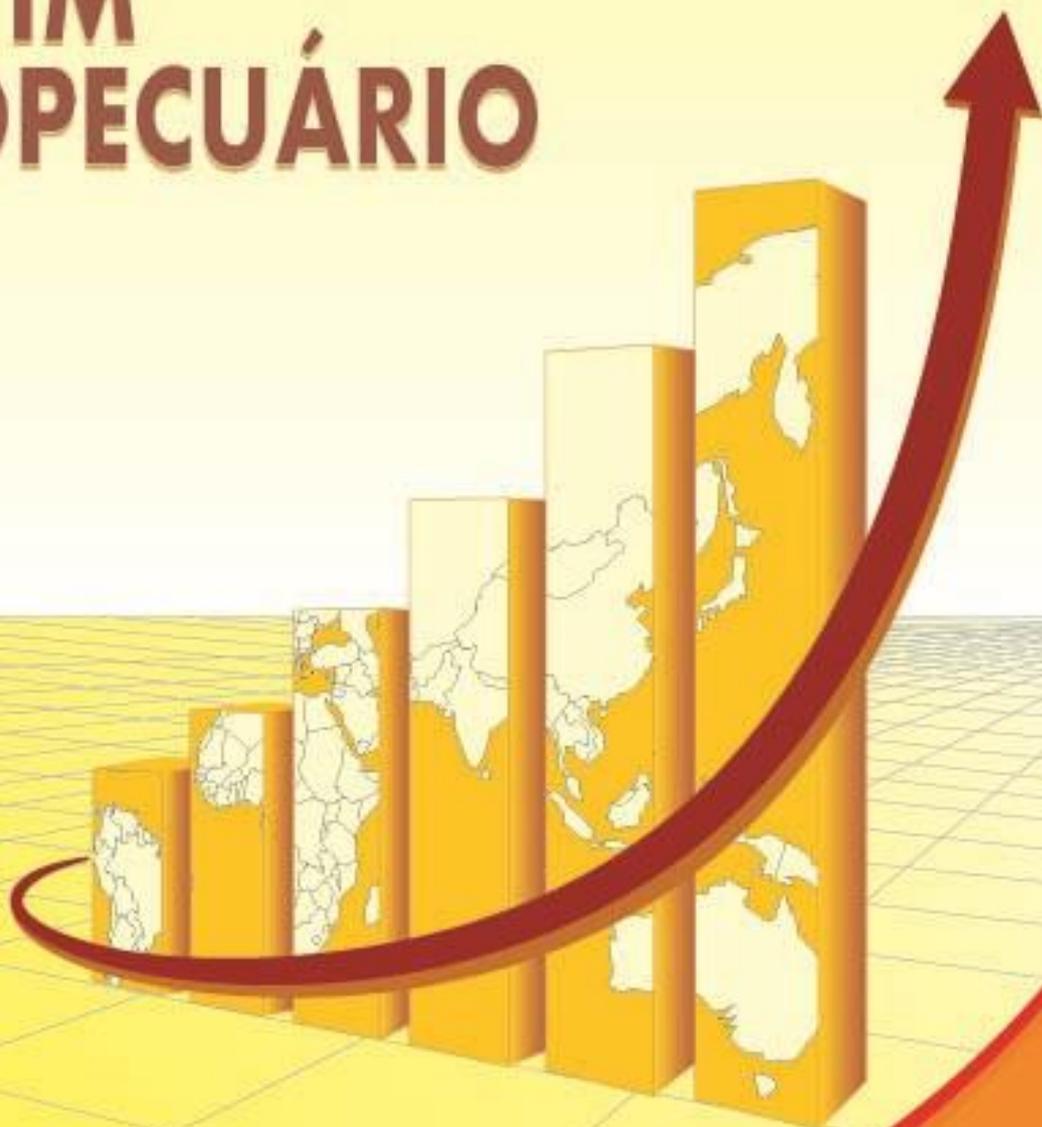


BOLETIM AGROPECUÁRIO

Fevereiro/2017 – Nº 45





Governador do Estado
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Moacir Sopelsa

Presidente da Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores

Ivan Luiz Zilli Bacic
Desenvolvimento Institucional

Jorge Luiz Malburg
Administração e Finanças

Luiz Antônio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda
Extensão Rural

Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa)
Reny Dorow



Boletim Agropecuário

Autores desta edição

Alexandre Luís Giehl
Gláucia de Almeida Padrão
João Rogério Alves
Jurandi Teodoro Gugel
Luis Augusto Araujo
Rogério Goulart Junior
Tabajara Marcondes



Florianópolis
2017

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000
Site: www.epagri.sc.gov.br
E-mail: epagri@epagri.sc.gov.br

Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)

Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5078
Site: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>
E-mail: online@epagri.sc.gov.br

Coordenação

Glauca de Almeida Padrão – Epagri/Cepa

Elaboração

Alexandre Luís Giehl – Epagri/Cepa
Glauca de Almeida Padrão – Epagri/Cepa
João Rogério Alves – Epagri/Cepa
Jurandi Teodoro Gugel – Epagri/Cepa
Luis Augusto Araujo – Epagri/Cepa
Rogério Goulart Junior – Epagri/Cepa
Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa

Colaboração:

Cleverson Buratto – Tubarão (UGT 8)
Édila Gonçalves Botelho – Epagri/Cepa
Evandro Uberdan Anater – Joaçaba (UGT 2)
Getúlio Tadeu Tonet – Canoinhas (UGT 4)
Gilberto Luiz Curti – Chapecó (UGT 1)
Janice Waintuch Reiter – Epagri/Cepa
Marcia Mondardo – Epagri/Cepa
Mauricio E. Mafra – Ceasa/SC
Saturnino Claudino dos Santos – Rio do Sul (UGT 5)
Sidaura Lessa Graciosa – Epagri/Cepa
Elvys Taffarel – São Miguel do Oeste (UGT 9)
Wilian Ricce – Epagri/Ciram

Revisão textual:

Laertes Rebelo (Epagri/DEMC)

Editado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Apresentação

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), unidade de pesquisa da Epagri, tem a satisfação de disponibilizar o Boletim Agropecuário *on-line*. Ele reúne, em um único documento, as informações conjunturais dos principais produtos agropecuários do estado de Santa Catarina. Anteriormente, a publicação era editada por produto.

O objetivo deste documento é apresentar de forma sucinta as principais informações conjunturais referentes ao desenvolvimento das safras, da produção e dos mercados para produtos selecionados. Para isso, o Boletim Agropecuário contém informações referentes à última quinzena ou aos últimos 30 dias. Em casos esporádicos a publicação poderá conter séries mais longas e análises de eventos específicos. Além das informações por produto, eventualmente poderão ser divulgados neste documento textos com análises conjunturais que se façam pertinentes e oportunas, chamando a atenção para aspectos não especificamente voltados ao mercado.

O Boletim Agropecuário pretende transformar-se em uma ferramenta capaz de auxiliar o produtor rural a vislumbrar melhores oportunidades de negócios. Visa, também, fortalecer sua relação com o mercado agropecuário por meio do aumento da competitividade da agricultura catarinense.

Esta publicação está disponível em arquivo eletrônico no site da Epagri/Cepa, <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Podem ser resgatadas também as edições anteriores.

Luiz Ademir Hessmann
Presidente da Epagri

Sumário

Evolução de preços de insumos e serviços nos últimos anos	7
Fruticultura	9
Maçã	9
Grãos	12
Arroz	12
Feijão	14
Milho.....	18
Soja	22
Trigo.....	24
Hortaliça	27
Alho.....	27
Cebola	29
Produtos vegetais	31
Fumo.....	31
Pecuária	34
Avicultura.....	34
Bovinocultura	39
Suinocultura.....	43
Leite	48

Evolução de preços de insumos e serviços nos últimos anos

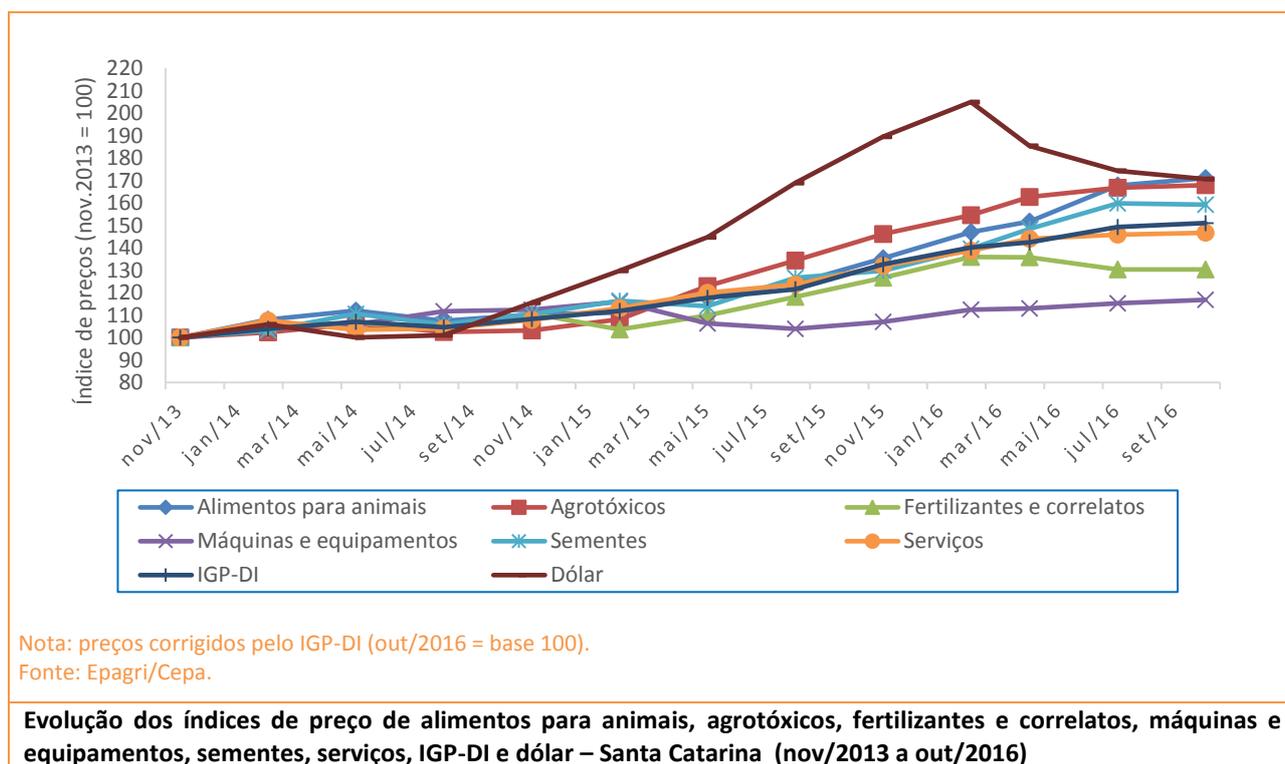
João Rogério Alves

Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa

joaoalves@epagri.sc.gov.br

A análise do custo de produção de uma atividade produtiva, com vistas a verificar se os produtores estão obtendo lucro ou prejuízo com a atividade, passa necessariamente pela observação da evolução ao longo do tempo dos preços dos principais fatores de produção envolvidos nos sistemas de produção. É certo que fatores climáticos e conjunturas econômica nacionais e internacionais muitas vezes são mais determinantes no resultado econômico final da atividade produtiva, mas esses fatores normalmente são de difícil controle e mensuração por parte dos produtores. Entretanto, a variação de preços de insumos está mais presente no cotidiano dos produtores e, por isso, torna-se passível de mensuração.

O presente estudo é uma análise comparativa do comportamento dos preços de grupos de insumos e serviços utilizados nas principais cadeias produtivas da agropecuária catarinenses, do Índice Geral de Preços – “Disponibilidade Interna” (IGP-DI) e da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos, no período de novembro/2013 a outubro/2016. A comparação com o IGP-DI se dá porque esse é um índice que mede o comportamento dos preços em geral da economia brasileira¹ e com a taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos porque essa é a moeda estrangeira mais negociada no Brasil e pelo fato de que muitos insumos utilizados na agropecuária são importados e/ou têm seus preços influenciados por essa taxa de câmbio, além de o seu comportamento influenciar diretamente na competitividade da economia brasileira em geral e da agropecuária em particular.



(¹) O IGP-DI é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e tem por finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética ponderada de outros três índices calculados pela FGV: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), com a seguinte ponderação: IPA, 60%, IPC, 30% e o INCC, 10%. “Disponibilidade Interna” porque leva em conta apenas as variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro, excluindo as variações de preços dos produtos exportados.

Em função da grande variação de preços entre os grupos de produtos, primeiramente foi calculada a média de preços para cada grupo. Em seguida, os valores calculados foram corrigidos pelo índice IGP-DI, transformando o resultado de valores nominais para valores reais e, então, foi feita a conversão desses preços médios em número índice para cada mês em que ocorreu o levantamento. As fontes de pesquisa foram as séries históricas dos levantamentos de preços dos insumos, serviços e fatores de produção, realizadas pela Epagri/Cepa e que estão disponíveis em seu site. No grupo agrotóxicos estão inseridos levantamentos dos principais fungicidas, inseticidas, herbicidas e correlatos (espalhantes, inoculantes, adjuvantes etc.); no grupo fertilizantes estão os principais adubos formulados, corretivos e matérias-primas para formulação de adubos; no grupo máquina e equipamentos, encontra-se uma série de tipos de tratores, automotriz e equipamentos que variam deste modelo, potência e finalidade de usos; no grupo serviços, estão os valores pagos pela mão de obra utilizada na execução dos principais serviços agropecuários; no grupo sementes, estão as principais sementes comercializadas e disponíveis no mercado aos produtores; e no grupo alimentos para animais estão os principais ingredientes e matérias-primas para as formulações que estão disponíveis no mercado.

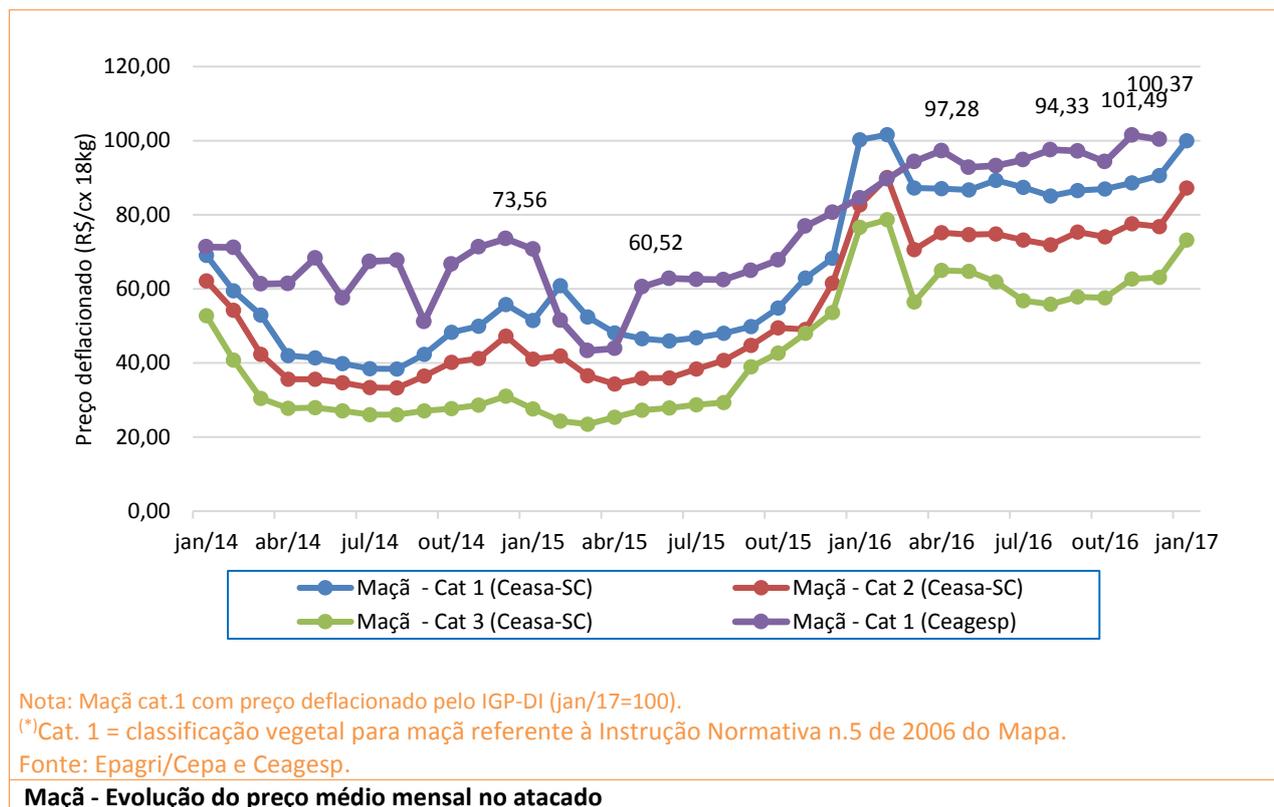
Como podemos observar no gráfico desde o início da série analisada, o dólar vinha sistematicamente ficando com cotações abaixo do índice da inflação e dos principais insumos e serviços. A partir de agosto de 2014, com as mudanças na economia nacional, a taxa de câmbio passou a ter um comportamento ascendente, com seu pico de alta em fevereiro de 2016 e, a partir daí, seguiu um trajetória descendente que se manteve até o final da série analisada. Em relação ao grupo de produtos alimentos para animais, observa-se que a partir de fevereiro de 2015, com a falta de milho no mercado interno, os preços começaram a aumentar, adotando um trajetória crescente que se manteve até outubro de 2016. Comportamento idêntico tiveram os grupos agrotóxicos e sementes, ambos com alta acima da inflação a partir de agosto de 2015. A curva que demonstra o grupo serviços se manteve muito ajustada à da inflação durante boa parte do período desta análise, mas com o crescimento nas taxas de desemprego as curvas descolaram e, a partir de abril de 2016, o índice de inflação ficou levemente superior ao índice de serviços. Em relação aos grupos máquinas e equipamentos, fertilizantes e correlatos, podemos observar que desde novembro de 2014, esse dois índices vêm se mantendo abaixo do índice de inflação ou muito próximo a ela, de lá para cá a elevação na taxa de câmbio do dólar contribuiu decisivamente para a redução no índice de preços dos itens que compõem estes dois grupos.

Em termos percentuais, podemos verificar que a taxa média de crescimento de preços, para cada trimestre da série analisada, variou positivamente para a maioria dos grupos de insumos analisados, com destaque para os grupos: alimentos para animais, com variação de 2,79%, neste grupo, farelo de trigo e rações e concentrados para aves, suínos e bovinos tiveram maiores aumentos; agrotóxicos, taxa média de crescimento de 2,63%, onde os fungicidas e inseticidas tiveram maior influência no aumento de preços; sementes, 2,18% com altas significativas nas sementes de cereais e leguminosas; serviços, com taxa de crescimento médio de 1,48% teve nos itens, diária de trabalhador rural, serviço de colheita com automotriz e frete (até 50km), os maiores aumentos; e fertilizantes, com modesto crescimento de 0,48%. Para o mesmo período, o grupo máquinas e equipamentos obteve taxa de crescimento médio negativo de 0,42; neste grupo destacamos o comportamento dos preços de plantadeira, trator de 75cv e ordenhadeira, que contribuíram para a redução dos preços ao longo do período analisado. Tais equipamentos são utilizados nas principais lavouras de grãos e na produção leiteira. Já para o IGP-DI, a taxa de crescimento médio foi de 1,73%, enquanto o dólar obteve crescimento médio de 2,77% ao trimestre.

Fruticultura

Maçã

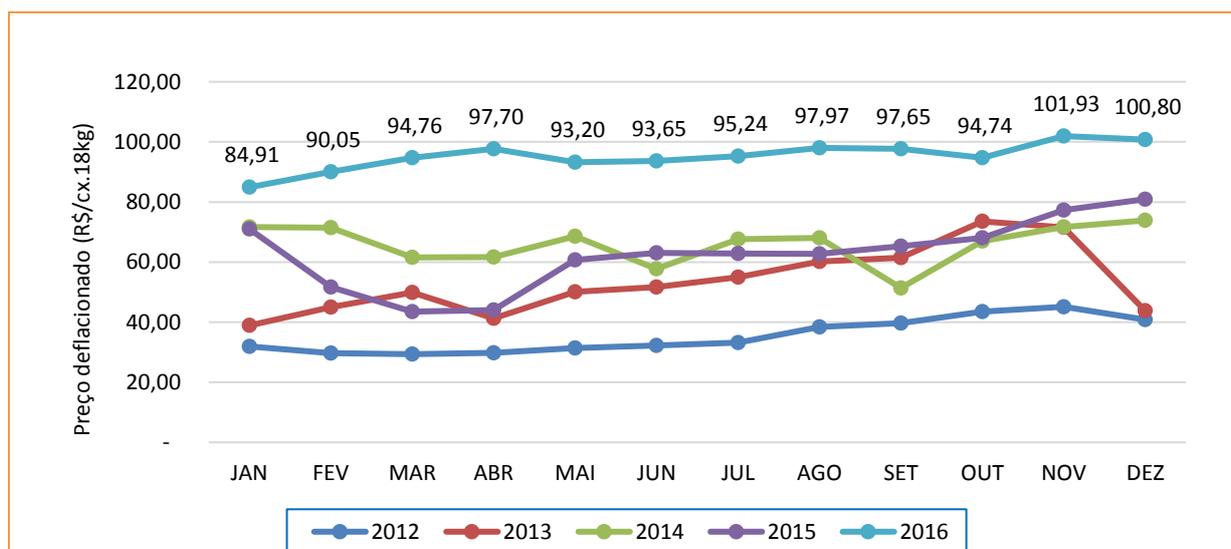
Rogério Goulart Junior
Economista, Dr. - Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br



No comparativo entre 2016 e os dois anos anteriores, nas principais centrais e abastecimento de SP e SC, as cotações da maçã seguem valorizadas. No final de 2014 maçãs cat.3 e cat.2 representavam 56% e 86% o valor da maçã cat.1. Em dezembro 2015, as maçãs cat.3 e cat.2 valiam 79% e 90%, respectivamente, em relação ao preço da maçã cat.1. Isso ocorreu devido à diminuição do volume de maçãs cat.2 na safra 2014/15 e à diminuição dos estoques da fruta pressionando as cotações no atacado. Em dezembro de 2016 a cotação de maçãs cat.3 e cat.2 representaram 70% e 85% do preço da maçã cat.1 em patamares menores que dezembro de 2015, mas com maior diferenciação na qualidade das categorias das frutas negociadas.

Em 2016, na Ceagesp, o volume negociado de maçã nacional foi de 81,8 mil toneladas, sendo 23% menor que o volume comercializado em 2015. Já o volume de maçã importada foi 70% maior que o volume comercializado em 2015. Em 2016 o volume de maçã importada representou 73% do volume da fruta brasileira negociada no ano; enquanto, no ano anterior representou apenas 33% do volume total de maçã nacional. A diminuição da oferta da fruta em 2016, com estoque internos baixos e preços valorizados da fruta nacional facilitou a comercialização da fruta estrangeira no atacado e no varejo.

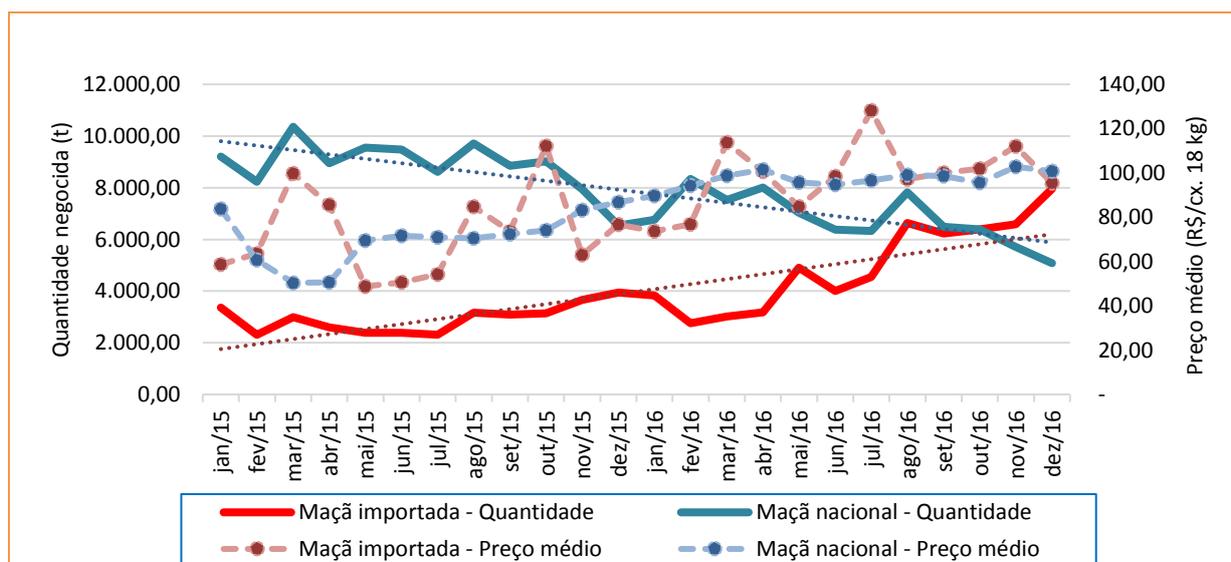
A expectativa é de diminuição nos preços da fruta nacional para ganhar competitividade no mercado interno, com manutenção de cotações valorizadas em relação aos anos anteriores.



Nota: Maçã cat.1 com preço deflacionado pelo IGP-DI (jan/17=100).

Fonte: Epagri/Cepa e Ceagesp.

Maçã nacional (cat.1) – Comparativo dos preços médios na Ceagesp - 2012 a 2016

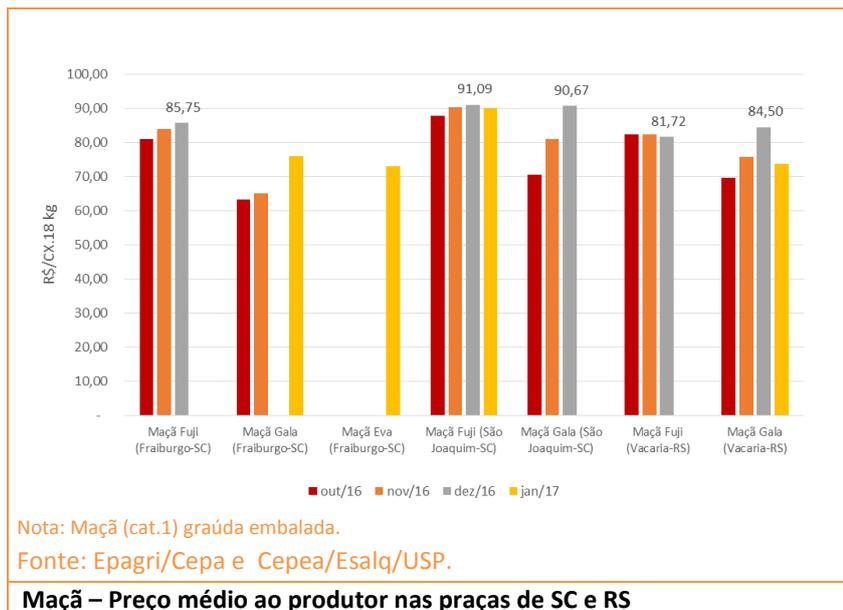


Nota: Maçã cat.1 com preço deflacionado pelo IGP-DI (jan/17=100).

Fonte: Epagri/Cepa e Ceagesp.

Maçãs (cat.1) – Comparativo dos preços médios na Ceagesp - 2015 a 2016

Na Ceagesp, a partir de novembro o volume da maçã importada foi maior que o da maçã nacional com equilíbrio nos preços de ambas as frutas devido à baixa oferta do estoque nacional durante o ano e à cotação valorizada da fruta brasileira no mercado.


Maçã – Preço médio ao produtor nas praças de SC e RS

Em Fraiburgo, com baixa oferta de outras regiões o preço da maçã Eva (precoce) está valorizado para cat.1. No final de janeiro foi iniciada a colheita da maçã Gala com a fruta apresentando maior calibre e qualidade e preços valorizados.

Em São Joaquim, é finalizado o estoque da maçã Fuji com preços valorizados no mercado devido à baixa oferta. Na região, fatores como as precipitações bem distribuídas e a estabilidade climática estão favorecendo o desenvolvimento das frutas nos pomares.

Em Vacaria/RS a cotação da maçã Gala, que começa a ser colhida, está menor devido ao aumento da oferta e à concorrência com maçãs precoces.

Em Vacaria/RS a cotação da maçã Gala, que começa a ser colhida, está menor devido ao aumento da oferta e à concorrência com maçãs precoces.

Maçã – Comparativo da safra 2015/16 e estimativa de safra 2016/17 – Santa Catarina

Principais MRG com cultivo de maçã	Safra 2015/16 ⁽¹⁾ (Epagri/Cepa)			Estimativa inicial 2016/17 (Epagri/Cepa)			Estimativa atual 2016-17 (Epagri/Cepa)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Joaçaba	3.284	119.163	36.286	3.287	128.829	39.190	3.287	129.029	39.254
Canoinhas	162	4.768	29.432	159	4.558	28.713	159	4.558	28.713
Curitibanos	1.007	38.698	38.429	1.008	38.682	38.375	1.008	38.682	38.375
Campos de Lages	11.939	389.584	32.631	11.963	419.186	35.041	11.963	399.226	33.288
Outras	6	46	7.667	6	37	6.275	6	37	6.275
Total	16.398	552.259	33.678	16.423	591.292	36.004	16.423	571.532	34.728

⁽¹⁾ Na safra são consideradas as perdas do segundo semestre de 2015.

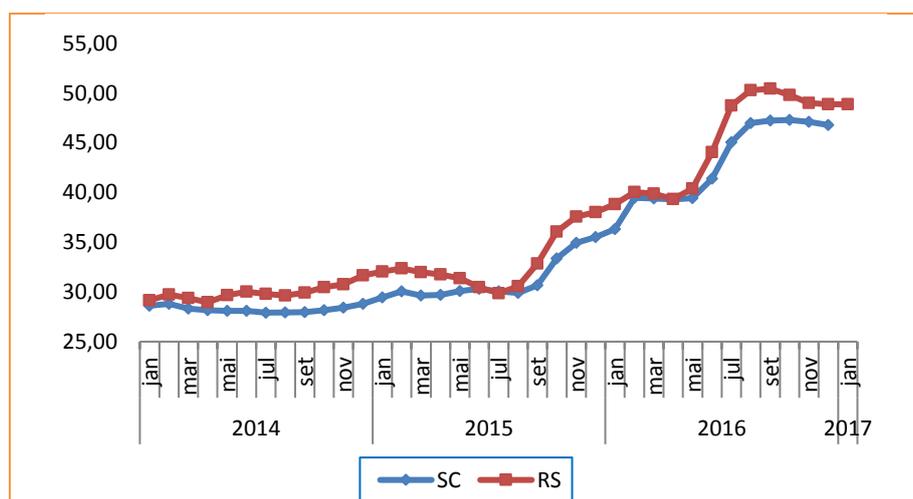
Fonte: Epagri/Cepa (2016).

Nas principais microrregiões produtoras, de Joaçaba e Campos de Lages, é esperado aumento de cerca de 10% na estimativa de produção de 2016/17 em comparação a safra 2015/16. A expectativa é de aumento de 3,5% na produção estadual e 3,1% de ganho na produtividade média com relação à safra passada. Com tratamentos culturais nos pomares e flutuações na temperatura, noites frias e dias quentes, é esperada melhor qualidade nos frutos na safra 2016/17.

Grãos

Arroz

Gláucia de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

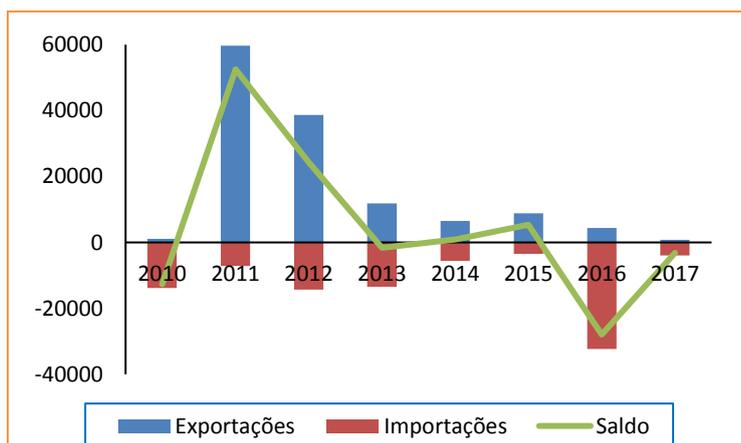


Fonte: Epagri/Cepa. Agrolink (RS).

Arroz irrigado – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Jan./2014 a Jan./2017) – R\$/sc 50kg

Os preços ao produtor em Santa Catarina em 2016 atingiram um patamar superior em relação aos últimos anos e têm se mantido elevados mesmo com a entrada dos grãos colhidos da safra 2016/17. Além da quebra da última safra e do aquecimento do mercado externo, os baixos estoques têm contribuído para a manutenção dos preços em patamares elevados. Nos próximos meses, com a entrada de maior volume da colheita, a

expectativa é de um arrefecimento dos preços, em razão da maior oferta. Santa Catarina tem seus preços amplamente influenciados pelos preços praticados pelo Rio Grande do Sul, que fechou seus preços de janeiro a R\$48,87. No entanto, esses começaram a dar sinais de queda em razão da evolução da colheita.



Fonte: Secex/MDIC.

Arroz em casca – Evolução das exportações, importações e saldo anuais de Santa Catarina – em toneladas

Em 2016 o comércio internacional apresentou volumes expressivos para as importações, que totalizaram cerca de 32 mil toneladas. As exportações, por sua vez, foram de aproximadamente 4 mil toneladas, resultando em um saldo negativo de quase 28 mil toneladas. Apesar de o comércio internacional ser pouco expressivo em Santa Catarina, as oscilações do mercado levam a uma maior ou menor participação no mercado e influenciam diretamente os preços internos. Observa-se que no ano de 2016, 95% das importações tiveram como origem o Uruguai e o Paraguai. Esses percentuais deverão se manter em 2017, haja vista que em janeiro, 97% das importações

tiveram origem no Uruguai, dada a proximidade e a facilidade de escoamento do produto para o Estado. No que se refere às exportações, em 2016 os principais destinos foram Angola e Trinidad e Tobago. Apesar de pouco expressiva, a relação com os parceiros comerciais deverá se manter no ano que se inicia.

Destino das exportações catarinenses de arroz em toneladas – 2016 e 2017			Origem das importações catarinenses de arroz em toneladas – 2016 e 2017		
País de destino	2016	2017	País de origem	2016	2017
Angola	1.851	625	Uruguai	24.127	3.836
Trinidad e Tobago	1.126	0	Paraguai	6.495	62
Namíbia	325	0	Argentina	971	0
Benin	250	0	Itália	696	54
Paraguai	189	63	Espanha	3	0
Lituânia	143	0	Paquistão	2	1
Países Baixos (Holanda)	125	0	Tailândia	1	0
Bolívia	114	0	Índia	1	0
Venezuela	59	0	Total	32.296	3.953
Estados Unidos	45	0			
Outros	109	96			
Total	4.335	784			

Fonte: Secex/MDIC

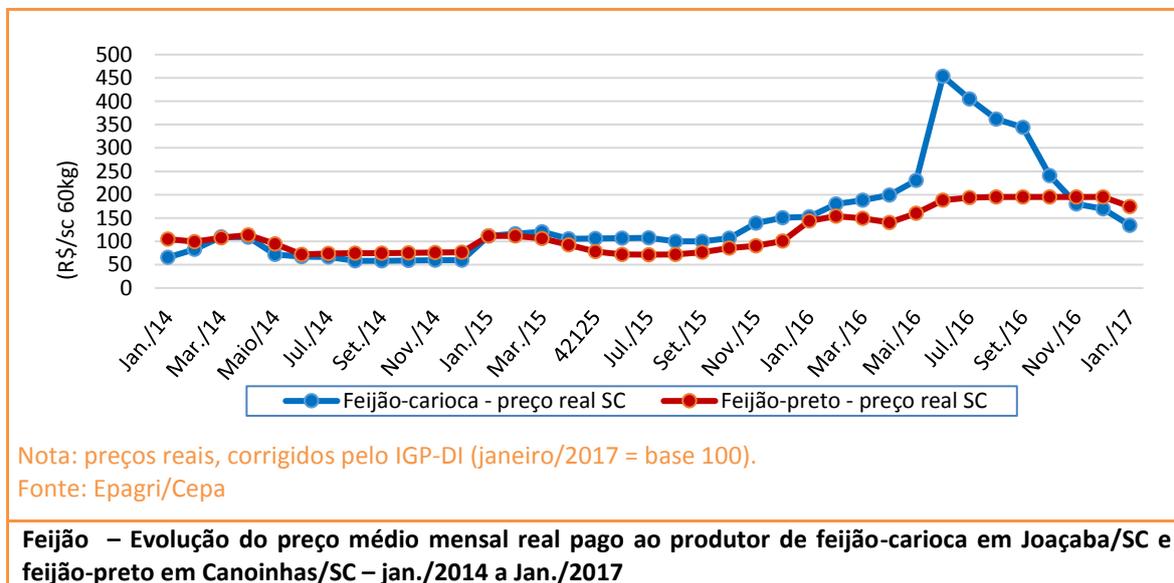
Arroz Irrigado – Acompanhamento da safra 2015/16 – Santa Catarina									
Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (estimativa atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	51.454	364.913	7.092	51.730	368.995	7.133	0,54	1,12	0,58
Blumenau	8.208	65.441	7.973	8.379	67.138	8.013	2,08	2,59	0,50
Criciúma	20.625	148.165	7.184	20.857	143.551	6.883	1,12	-3,11	-4,19
Florianópolis	2.895	16.336	5.643	3.095	17.336	5.601	6,91	6,12	-0,74
Itajaí	9.088	59.997	6.602	9.261	68.561	7.403	1,90	14,27	12,14
Ituporanga	259	1.554	6.000	269	2.152	8.000	3,86	38,48	33,33
Joinville	19.655	126.509	6.436	19.736	166.576	8.440	0,41	31,67	31,13
Rio do Sul	10.684	77.324	7.237	10.769	89.278	8.290	0,80	15,46	14,55
Tabuleiro	125	1.050	8.400	146	1.238	8.479	16,80	17,90	0,95
Tijucas	2.690	20.300	7.546	2.690	20.300	7.546	0,00	0,00	0,00
Tubarão	21.025	158.508	7.539	21.082	156.177	7.408	0,27	-1,47	-1,74
Santa Catarina	146.708	1.040.097	7.090	148.014	1.101.302	7.441	0,89	5,88	4,95

Fonte: Epagri/Cepa.

O andamento da safra 2016/17 segue normalmente no Estado, salvo alguns atrasos em regiões como o Norte Catarinense, causados por ocorrência de tempo frio que prejudicaram o início do plantio e chuvas pontuais que atrasaram a colheita. Tais atrasos ocorreram devido ao acúmulo de colheita no mesmo período e resultaram em filas de espera por caminhões para atender as demandas de transporte dos grãos para a indústria. No entanto, tais problemas devem ser solucionados nos próximos dias. No Sul Catarinense, a colheita já começou nos municípios que plantam antecipadamente e a qualidade dos grãos é considerada boa. A expectativa é que a colheita se intensifique na segunda quinzena de fevereiro e espera-se uma boa produtividade média no Estado, cerca de 149 sacas de 50kg por hectare, gerando uma produção de 1,1 milhões de toneladas de arroz em uma área cultivada de 148 mil hectares.

Feijão

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br



O preço do feijão continuou em queda no mês de janeiro, a saca de 60kg do feijão-carioca foi cotada na praça de Joaçaba a R\$134,12, com variação negativa de mais de 21% em relação ao mês de dezembro. Com os preços excelentes praticados na safra passada, muitos produtores tinham a expectativa de que nesta safra isso se repetiria, mas não foi bem assim, com uma safra muito boa e produto de excelente qualidade, quem está se beneficiando são os consumidores: no varejo é possível encontrar o quilo do feijão-preto a R\$3,98. Com preços tão baixos, muitos produtores estão aguardando melhores cotações para voltar a vender sua produção.

Em São Paulo, na região do Brás, mercado atacadista referência nacional em comercialização de feijão, na última semana de janeiro a saca de 60kg do feijão-carioca nota 9 foi comercializado a R\$140,00 e o nota 8 a R\$115,00. Segundo informações divulgadas na Bolsa de Cereais de São Paulo (BCSP), no último dia 13/02 os produtores de São Paulo estavam recebendo pela saca de 60kg de feijão-carioca, em média R\$107,00, os de Minas Gerais R\$115,00 e os produtores paranaenses R\$105,00.

O mercado do feijão-preto se manteve frouxo no mês de janeiro, com acentuada baixa nas cotações da leguminosa em praticamente todas as principais praças. Em Santa Catarina, em janeiro o preço médio praticado era de R\$195,00 a saca de 60k; nesse mês de janeiro, para a praça de referência de Canoinhas, a saca foi comercializada a um preço médio de R\$174,12, redução de praticamente 11%.

Em relação à nota conferida ao feijão-carioca, segue breve explicação: a classificação do feijão é realizada através de um aparelho chamado colorímetro que permite determinar cientificamente a cor do feijão carioca. O Padrão Brasileiro da Cor (PBC) do feijão é composto de uma escala de cores de 6-10. Sendo 6 a cor mais escura e 10 a mais clara. Essa classificação, reconhecida pelo mercado atacadista, tem como objetivo retirar a subjetividade da avaliação de cor, anteriormente realizada apenas visualmente, arbitrando de maneira neutra a cor. Quanto mais claro, maior a valorização do produto.



Feijão Carioca – Evolução do preço médio mensal ao produtor nos principais estados produtores

Estado	Dez./16 (R\$)	Jan./17 (R\$)	Varição Mensal (%)
Santa Catarina ⁽¹⁾	170,00	134,12	-21,11
Paraná	151,16	116,14	-23,17
Minas Gerais	176,92	153,01	-13,51
Espírito Santo	250,00	122,50	-51,00
Bahia	181,43	129,38	-28,69
Goiás	167,33	139,06	-16,89

⁽¹⁾ Praça de referência Joaçaba/SC .

Fonte: Epagri/Cepa, Conab (dados extraído em 08/02/2017).

Em janeiro o preço médio do feijão-carioca pago ao produtor chegou à pior cotação da safra 2016/17. Em todas as principais praças nacionais o que se observa é uma queda drástica nos preços pagos ao produtor. Segundo levantamento de preços realizado pela Conab, no Espírito Santo a redução foi de 51% entre dezembro e janeiro; no Paraná, a queda foi de 23% e na Bahia, redução de 29%.

Feijão Preto – Evolução do preço médio mensal ao produtor nos principais estados produtores

Estado	Dez./16 (R\$)	Jan./17 (R\$)	Varição Mensal (%)
Santa Catarina ⁽¹⁾	195,00	174,12	-10,71
Espírito Santo	327,50	275,00	-16,03
Goiás	267,50	227,50	-14,95
Paraná	199,51	161,57	-19,02
Rio de Janeiro	255,00	236,25	-7,35
Rio Grande do Sul	220,68	180,26	-18,32

⁽¹⁾ praça de referência Canoinhas/SC.

Fonte: Epagri/Cepa, Conab (dados extraído em 08/02/2017).

Apesar da variação negativa nas cotações do feijão-preto terem sido menores do que a do feijão-carioca, os produtores de feijão-preto estão cautelosos em comercializar seu produto, muitos estão guardando parte da produção para comercializar a partir de abril na esperança de conseguir melhores preços. No Paraná, queda de 19%; no Rio Grande do Sul, importante estado produtor de feijão-preto, queda de 18%; no Espírito Santo, redução de 16%.

Feijão 1ª safra – Comparativo de safra 2015/16 e 2016/17

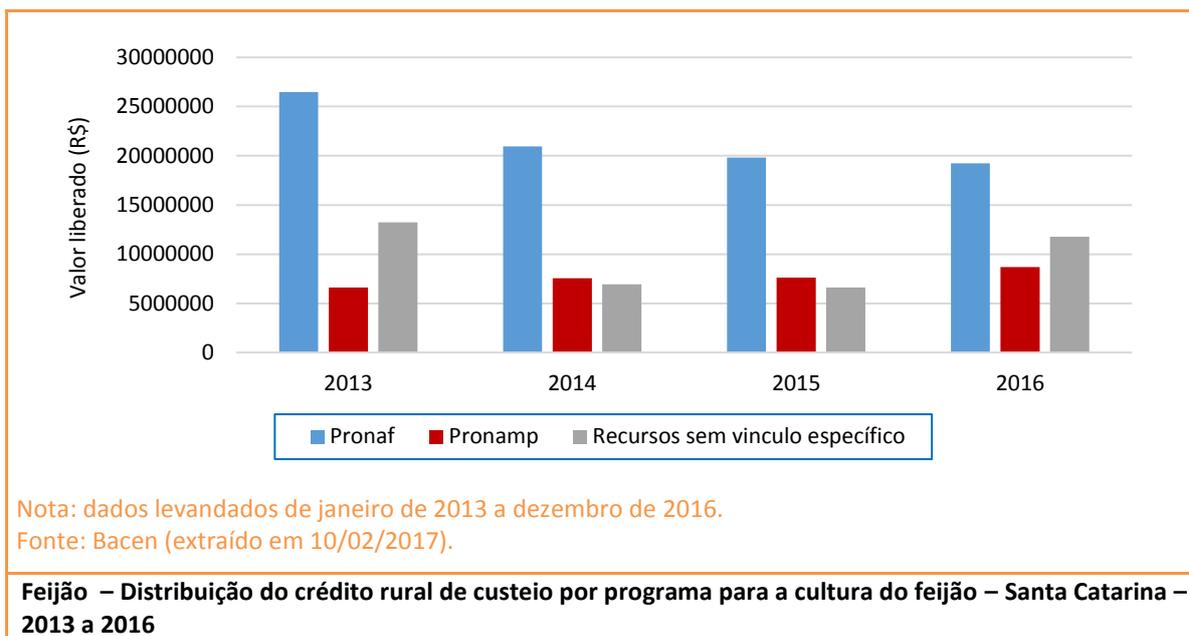
Microrregião	Safra 2015/2016			Estimativa atual safra 2016/2017			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod.(t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod.(t)	Rend. médio (kg/ha)	Área	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	150	146	970	152	160	1.053	1	10	9
Blumenau	328	328	1.000	164	168	1.024	-50	-49	2
Campos de Lages	9.720	19.541	2.010	9.340	17.966	1.924	-4	-8	-4
Canoinhas	5.570	8.452	1.517	6.140	12.114	1.973	10	43	30
Chapecó	1.746	2.953	1.691	1.725	3.358	1.946	-1	14	15
Concórdia	514	527	1.025	415	580	1.398	-19	10	36
Criciúma	354	464	1.312	1.099	1.339	1.218	210	188	-7
Curitibanos	15.600	27.529	1.765	10.595	21.767	2.054	-32	-21	16
Florianópolis	280	370	1.321	140	185	1.321	-50	-50	0
Itajaí	19	22	1.158	7	8	1.143	-63	-64	-1
Ituporanga	500	412	824	937	2.118	2.260	87	414	174
Joaçaba	4.288	7.429	1.733	3.733	7.019	1.880	-13	-6	9
Joinville	28	20	714	14	10	714	-50	-50	0
Rio do Sul	620	444	716	599	992	1.656	-3	123	131
São Bento do Sul	430	540	1.256	300	450	1.500	-30	-17	19
São M. do Oeste	992	1.427	1.439	1.082	1.896	1.752	9	33	22
Tabuleiro	970	1.088	1.122	400	442	1.105	-59	-59	-1
Tijucas	468	621	1.327	264	426	1.614	-44	-31	22
Tubarão	1.002	1.357	1.354	1.053	1.500	1.424	5	11	5
Xanxerê	4.855	10.521	2.167	6.500	15.261	2.348	34	45	8
Santa Catarina	48.434	84.190	1.738	44.659	87.757	1.965	-8	4	13

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE/LSPA - SC (Janeiro/2017).

A safra 2016/17 de feijão primeira vêm se desenvolvendo bem, o clima tem colaborado com os produtores e a expectativa é de uma safra muito boa. Até o momento cerca de 68% da área estimada para o plantio no Estado encontra-se em fase de floração. Em regiões mais quentes, como Litoral Sul, Litoral Norte, Alto Vale do Rio Itajaí, Planalto Norte e Regiões Oeste e Extremo Oeste, a colheita já se encaminha para o encerramento. No Estado já foi colhido cerca de 38% da área plantada. As regiões de Campos de Lages, Planalto Sul e Meio-Oeste, onde o feijão é cultivado mais tarde, por volta do mês de dezembro, são as que ainda concentram as áreas de lavoura com feijão em fase de floração.

No mês de janeiro de 2017 as estimativas de área plantada, produção e rendimento variaram muito pouco em relação a dezembro de 2016. Nossos números apontam para uma produção de feijão 1ª safra na ordem de 87.747 toneladas, numa área de 44.659, para um rendimento médio de 1.965kg/ha. Portanto, superior à safra passada, na qual o excesso de chuvas no momento da colheita comprometeu significativamente a qualidade do grão colhido. Em relação à safra passada, a redução em área plantado foi da ordem de 8%, já a produção e o rendimento tiveram aumentos de 4% e 13%, respectivamente.

Nesta safra a qualidade dos grãos colhidos da leguminosa é considerado boa em todo Estado. As chuvas de janeiro contribuíram para a melhoria das condições das lavouras que se encontram em desenvolvimento vegetativo. Entretanto, naquelas em fase de maturação e colheita, as chuvas podem ter causado algum transtorno por ocasião da colheita para aqueles produtores que plantaram mais cedo.



Um comportamento que reflete em parte a diminuição do interesse dos produtores em investir na cultura do feijão pode ser verificado a partir do acesso às linhas de crédito bancário oficiais existentes. Observando o período de 2013 a 2016, percebemos que há uma diminuição nos valores e números de contratos de financiamentos de custeio através da linha de crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

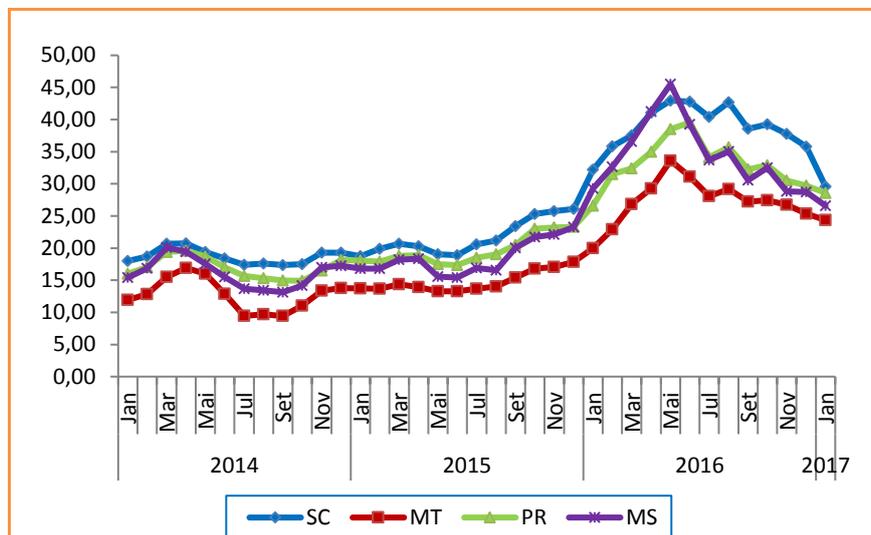
Em 2013 foram realizados em Santa Catarina 3.131 contratos, num valor total de R\$26.457.623,23; já em 2016, o número de contratos passou para 1.686, num valor total de R\$19.239.190,86, redução no volume de recursos na ordem de 27% e do número de contratos em cerca de 46%. Por outro lado, na linha de crédito Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), ocorreu um incremento no volume de recursos. Em 2013 foram investidos cerca de R\$ 6.603.462,50 (146 contratos), contra os R\$8.685.431,04 (123 contratos), investidos em 2016, aumento de aproximadamente 31% no volume de recursos tomados em empréstimo pelos produtores enquadrados neste grupo.

Já o volume de recursos investidos em linhas de crédito sem vínculo específico, considerando os extremos da série, apresentou comportamento nesse período redução de cerca de 11%. Se o valor médio tomado em empréstimo de custeio em 2013, por meio do Pronaf, foi de R\$8.450,00, em 2016 alcançou R\$11.411, um aumento de 35%. Por meio do Pronamp, o aumento foi de 56%, passando de R\$45.230 em 2013 para R\$70.613 em 2016.

Esses dados reforçam o que vem sendo constatado nos últimos anos em relação ao setor produtivo do feijão: um crescente aumento da concentração da produção entre médios e grandes produtores, e os motivos já são conhecidos. Trata-se de um cultura fortemente influenciada por adversidades climáticas, como, por exemplo, situações de estresse hídrico na colheita, o que traz insegurança na hora de decidir o que plantar, a falta de mão de obra para a colheita manual, que vem sendo gradativamente substituída pela mecanizada, geralmente inacessível ao pequeno produtor, além do avanço das culturas de milho grão, milho silagem e soja sobre as áreas tradicionalmente cultivadas com feijão.

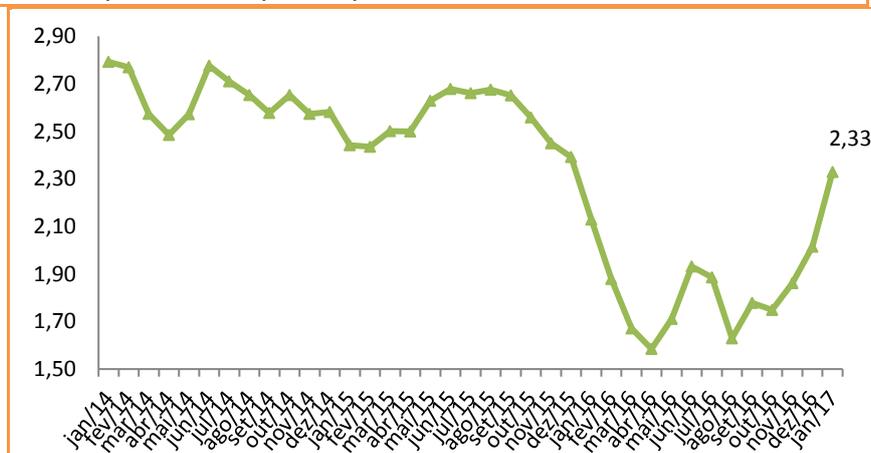
Milho

Glauca de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br



Fonte: Epagri/Cepa.

Milho – Evolução do preço médio mensal real ao produtor em Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul – 2014 a 2017

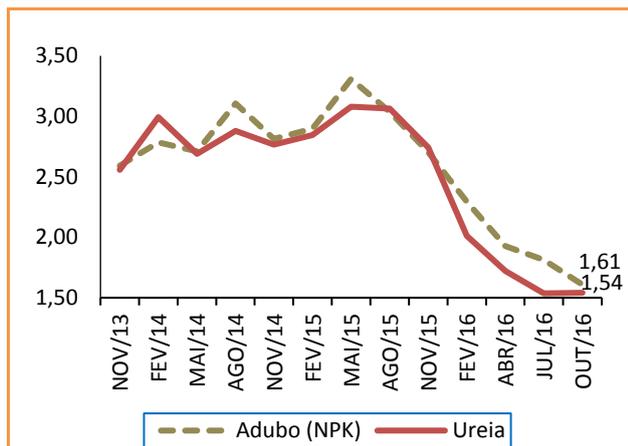


Fonte: Epagri/Cepa.

Equivalência de preços de soja e milho em Santa Catarina

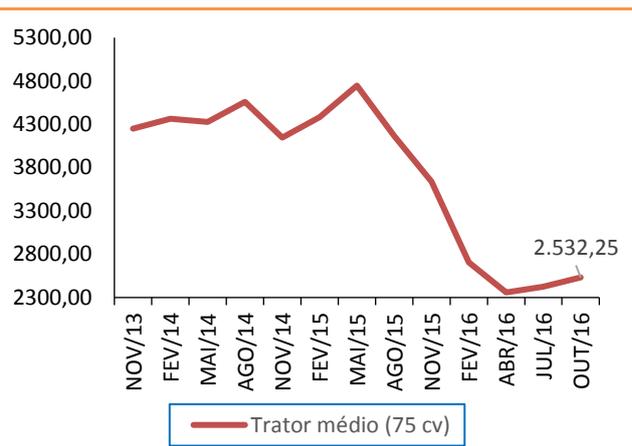
Os preços ao produtor em Janeiro de 2017 em Santa Catarina sofreram nova redução. Comparativamente ao mês de dezembro de 2016 o preço da saca de 60kg de milho grão foi 17,8% menor, fechando em R\$29,55. Comparativamente aos preços dos principais estados produtores, observa-se que estes também seguiram tendência de queda, justificada especialmente pela expectativa de safra recorde do grão no País, o que vem se confirmando com o avanço da colheita. Embora a precipitação tenha prejudicado o andamento da semeadura em algumas regiões brasileiras, a Conab divulgou em seu 5º Levantamento de Safra que a área plantada com o grão no Brasil deverá atingir a marca de 16,5 milhões de hectares e produção de 87,4 milhões de toneladas. Se confirmada a expectativa ao final da safra, o incremento de área e produção deverá continuar trazendo forte impacto nos preços ao produtor que viveu um bom momento no ano de 2016. A indústria de carnes por sua vez respira aliviada com a queda recente dos preços. Além da expectativa

de safra elevada no País, outro fator influencia o comportamento decrescente dos preços, a saber: a expectativa de safra elevada nos Estados Unidos e, mesmo que se confirme o prejuízo causado pelo fenômeno La Niña à safra argentina, a expectativa é de aumento significativo da oferta mundial de milho, o que contribui para a redução dos preços. Em Santa Catarina também é esperada uma safra maior em relação ao último ano e com grãos de boa qualidade, conforme vem sendo observado pelo bom desenvolvimento das lavouras já semeadas. A recente desvalorização dos preços do milho, combinada à queda menos que proporcional dos preços da soja em Santa Catarina, refletiu-se na equivalência de preços favorável ao sojicultor no mês de janeiro de 2017, o que não vinha ocorrendo desde o mês de dezembro de 2015.



Fonte: Epagri/Cepa.

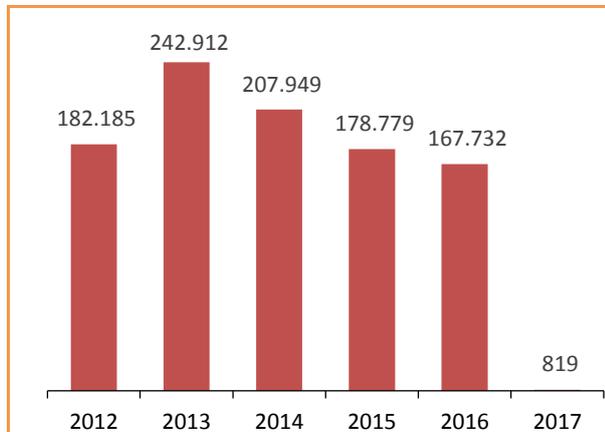
Equivalência de preço – Sacas de milho necessárias para compra de fertilizantes



Fonte: Epagri/Cepa.

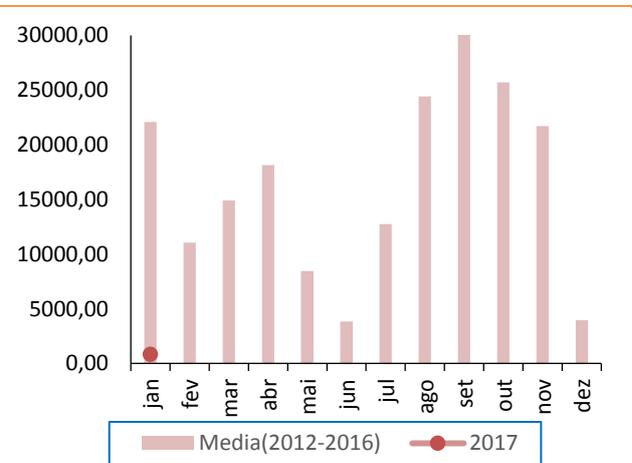
Equivalência de preço – Sacas de milho necessárias para comprar um trator médio

Quanto aos preços dos insumos, observa-se que o aumento dos preços do milho também resultou em queda na equivalência de preços entre o grão e seus principais insumos. No mês de outubro foram necessárias cerca de 1,6 sacas de 60kg milho para adquirir um saco de adubo NPK de 50kg e 1,54 sacos de milho para adquirir um saco de 50kg de ureia. Para o trator de 75cv a equivalência de preços sofreu ligeira alta em relação ao mês de abril de 2016 (menor preço observado), sendo necessárias 2.532 sacos de milho para adquirir um trator. Além do aumento do preço do milho, destaca-se que houve uma queda nos preços dos insumos no Estado, seguindo a tendência nacional, haja vista a instabilidade econômica e a forte oscilação do dólar.



Fonte: Secex/MDIC.

Exportações catarinenses de milho em grão e sementeira (2012-2016) – em toneladas



Fonte: Secex/MDIC.

Exportações mensais catarinenses de milho em grão e sementeira – em toneladas

Em 2016 as exportações de milho em Santa Catarina totalizaram 167,7 mil toneladas. Esse valor, apesar de ser abaixo do observado nos últimos anos, é expressivo quando se consideram as condições em que essas exportações foram obtidas, tais como mercado interno aquecido e quebra de safra. Em janeiro de 2017, contudo, o volume exportado foi equivalente a 819 toneladas, bem abaixo da média dos últimos cinco anos para esse mês. Resta aguardar o comportamento do mercado externo para avaliar a atratividade em relação ao mercado interno.

Milho Grão Total – Acompanhamento da safra 2016/17 – Santa Catarina

Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (Estimativa Atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	7.516	40.135	5.340	7.996	31.713	3.966	6,39	-20,98	-25,73
Blumenau	1.673	6.400	3.825	1.567	5.967	3.808	-6,34	-6,77	-0,46
Campos de Lages	35.500	233.622	6.581	35.160	259.926	7.393	-0,96	11,26	12,34
Canoinhas	30.500	266.270	8.730	32.000	287.760	8.993	4,92	8,07	3,00
Chapecó	61.314	530.621	8.654	66.150	487.198	7.365	7,89	-8,18	-14,90
Concórdia	31.140	211.666	6.797	28.020	198.283	7.076	-10,02	-6,32	4,11
Criciúma	7.833	47.141	6.018	8.140	47.906	5.885	3,92	1,62	-2,21
Curitibanos	19.848	182.149	9.177	21.608	217.786	10.079	8,87	19,56	9,83
Florianópolis	619	2.299	3.714	619	2.299	3.714	0,00	0,00	0,00
Itajaí	54	199	3.685	53	196	3.698	-1,85	-1,51	0,35
Ituporanga	10.080	61.600	6.111	11.120	76.146	6.848	10,32	23,61	12,05
Joaçaba	55.552	443.751	7.988	59.684	543.664	9.109	7,44	22,52	14,03
Joinville	390	1.284	3.292	340	1.160	3.412	-12,82	-9,66	3,63
Rio do Sul	19.450	111.432	5.729	20.880	125.763	6.023	7,35	12,86	5,13
São Bento do Sul	5.500	44.750	8.136	5.000	40.900	8.180	-9,09	-8,60	0,54
São Miguel do Oeste	45.640	282.792	6.196	48.090	366.507	7.621	5,37	29,60	23,00
Tabuleiro	3.505	11.968	3.415	3.457	11.801	3.414	-1,37	-1,40	-0,03
Tijucas	1.690	6.237	3.691	1.705	6.764	3.967	0,89	8,45	7,50
Tubarão	6.381	37.431	5.866	5.548	26.425	4.763	-13,05	-29,41	-18,81
Xanxerê	23.500	207.534	8.831	26.770	249.382	9.316	13,91	20,16	5,49
Santa Catarina	367.685	2729.281	7.423	383.907	2.987.545	7.782	4,41	9,46	4,84

Fonte: Epagri/Cepa.

Milho Silagem – Acompanhamento da safra 2016/17 – Santa Catarina

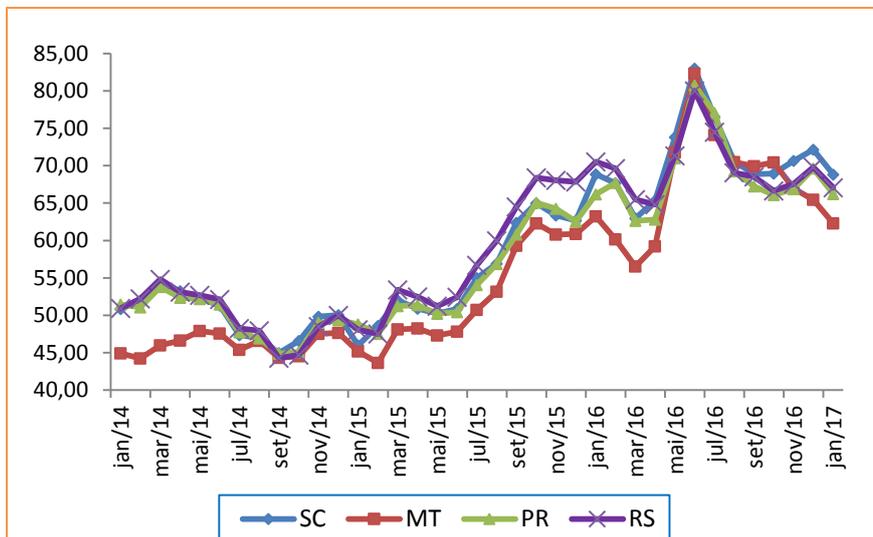
Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 (Estimativa Atual)			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	4.870	156.845	32.206	4.912	147.459	30.020	0,86	-5,98	-6,79
Blumenau	1.797	69.865	38.879	1.824	70.895	38.868	1,50	1,47	-0,03
Campos de Lages	5.320	220.250	41.400	5.160	251.250	48.692	-3,01	14,07	17,61
Canoinhas	3.800	140.000	36.842	4.230	163.900	38.747	11,32	17,07	5,17
Chapecó	58.800	2.416.709	41.100	57.755	2.362.574	40.907	-1,78	-2,24	-0,47
Concórdia	18.280	737.800	40.361	24.780	982.100	39.633	35,56	33,11	-1,80
Criciúma	3.574	141.177	39.501	3.693	146.907	39.780	3,33	4,06	0,71
Curitibanos	2.550	99.680	39.090	2.550	116.620	45.733	0,00	16,99	16,99
Florianópolis	326	13.510	41.442	331	13.700	41.390	1,53	1,41	-0,13
Itajaí	60	1.800	30.000	61	1.827	29.951	1,67	1,50	-0,16
Ituporanga	2.580	108.800	42.171	2.400	99.000	41.250	-6,98	-9,01	-2,18
Joaçaba	15.100	661.100	43.781	15.520	739.350	47.639	2,78	11,84	8,81
Rio do Sul	14.830	527.010	35.537	14.680	528.850	36.025	-1,01	0,35	1,37
São Miguel do Oeste	47.190	1.613.840	34.199	45.870	1.750.700	38.167	-2,80	8,48	11,60
Tabuleiro	1.320	70.950	53.750	1.339	71.998	53.770	1,44	1,48	0,04
Tijucas	2.470	71.020	28.753	2.506	72.050	28.751	1,46	1,45	-0,01
Tubarão	10.596	390.870	36.888	10.683	362.426	33.925	0,82	-7,28	-8,03
Xanxerê	17.120	749.300	43.768	16.280	700.800	43.047	-4,91	-6,47	-1,65
Santa Catarina	210.583	8.190.526	38.895	214.574	8.582.406	39.997	1,90	4,78	2,84

Fonte: Epagri/Cepa.

A estimativa atual da safra de milho no Estado para 2016/17 aponta para uma variação de 4,41% para a área plantada e 9,46% para a produção em relação à safra anterior, totalizando, respectivamente, 383,9 mil hectares e 2,9 milhões de toneladas de grão. A produtividade também deverá ser 4,84% maior em relação ao ano safra anterior, pois em 2016/17 houve um aumento no uso de alta tecnologia de produção, o que tende a resultar em aumento da produtividade. Embora esse valor não seja suficiente para sanar a necessidade do grão no Estado, o aumento da oferta reduz a necessidade de demanda externa e reduz os custos da indústria. Para a silagem, observa-se incremento de 1,9% na área plantada e 4,78% na produção, resultando em 214 mil hectares e 8,6 milhões de toneladas.

Soja

Glauca de Almeida Padrão
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

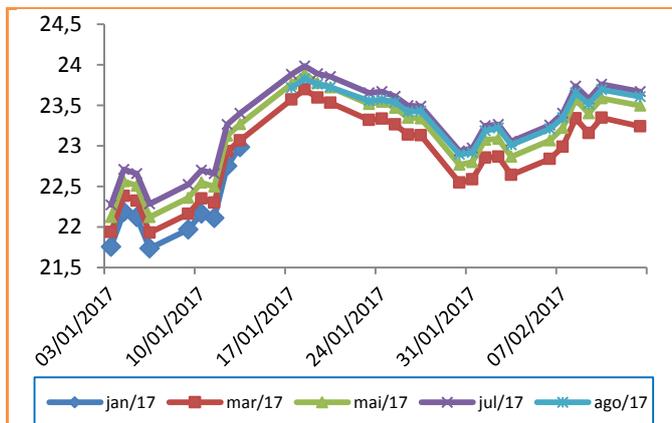


Fonte: Epagri/Cepa. Agrolink (MT, PR, RS).

Soja – Preço médio real mensal de soja em grão ao produtor, Santa Catarina – 2014 a 2017

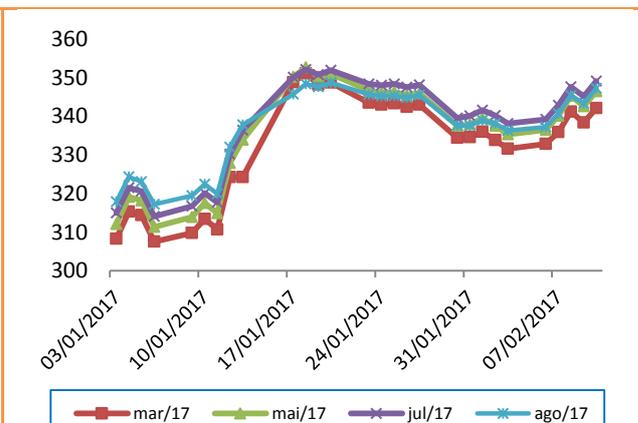
Os preços da soja continuaram sua trajetória de queda dos últimos meses em janeiro de 2017, apesar da leve reação positiva em dezembro, explicada pela expectativa de aumento do consumo de soja para produção de biocombustíveis nos Estados Unidos. Os preços elevados observados em 2016, apesar de terem ficado para trás, ainda influenciam os preços atuais, fazendo com que esses atinjam patamares elevados mesmo em um momento onde deveriam estar menores. Em Santa Catarina os preços de janeiro fecharam em R\$68,83. Nos principais estados produtores a

mesma tendência de queda é observada, em função principalmente da entrada do grão já colhido na safra 2016/17 e das expectativas elevadas para a safra mundial. Os produtores começam a segurar venda na busca por melhores preços. No mercado futuro os preços seguiram valorizados devido à finalização da comercialização do grão dos Estados Unidos. No entanto, com a entrada da soja sul-americana, principalmente a do Brasil, o mercado externo tende a reduzir as cotações nos próximos dias. Além disso, os altos estoques americanos e a safra expressiva dos principais produtores mundiais exercem influência baixista nos preços.



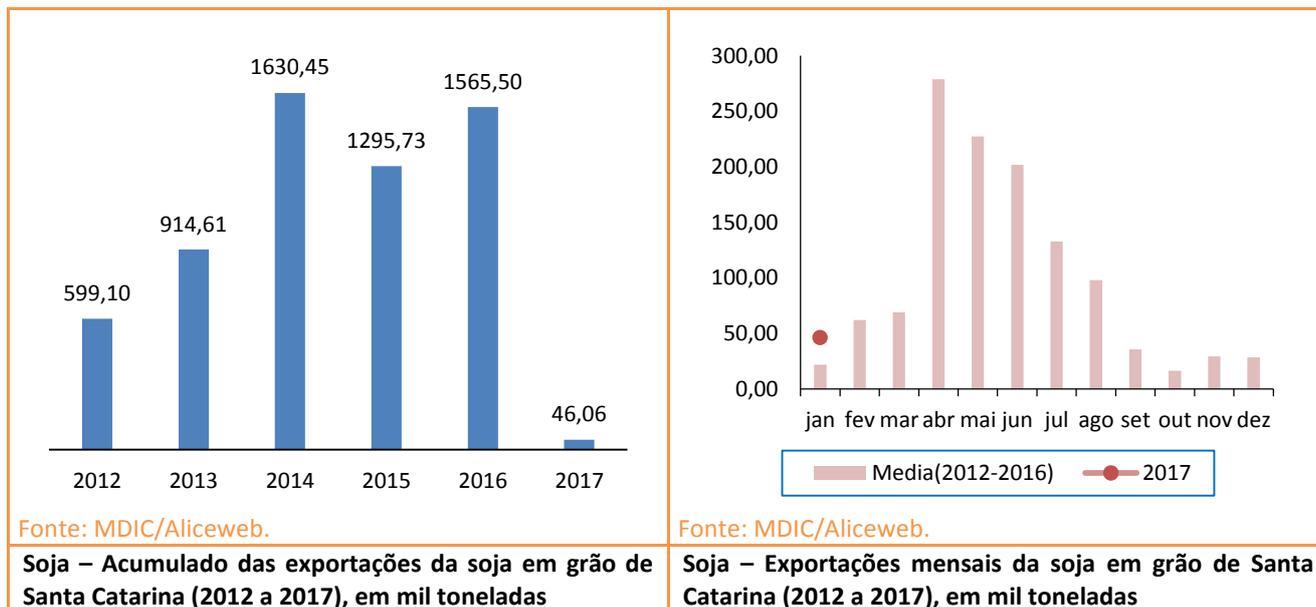
Fonte: CME Group - CBOT.

Soja em grão – Preço futuro negociado na CBOT (US\$/sc 60kg)



Fonte: CME Group - CBOT.

Farelo de Soja – Preço futuro negociado na CBOT (US\$/t)



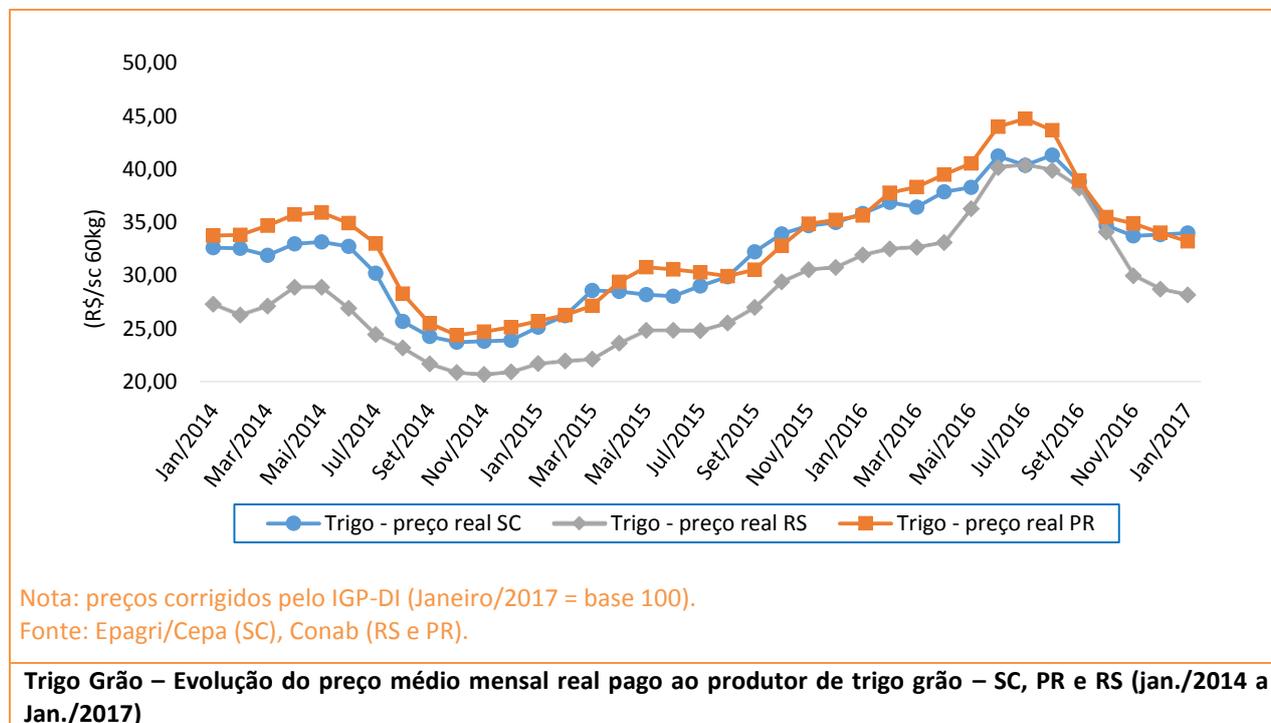
As exportações catarinenses em 2016 foram cerca de 21% maiores do que as observadas em 2015. Em janeiro de 2017, o volume exportado atingiu a marca de 46 mil toneladas, mais que o dobro da média histórica dos últimos cinco anos. O mercado externo aquecido, a escassez de oferta e a alta do dólar foram os principais fatores que influenciaram o aumento das exportações de soja em 2016. Nos próximos meses a expectativa é que esse volume exportado aumente visando atender os contratos fechados ainda em 2016, com a entrada do grão colhido da safra 2016/17.

Soja – Santa Catarina – acompanhamento da safra 2016/17									
Microrregião	Safra 2015/16			Safra 2016/17 - Estimativa atual			Variação (%)		
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
C. de Lages	60.430	201.440	3.333	59.200	189.740	3.205	-2,04	-5,81	-3,85
Canoinhas	133.320	456.456	3.424	131.700	469.300	3.563	-1,22	2,81	4,08
Chapecó	91.575	262.779	2.870	87.919	267.648	3.044	-3,99	1,85	6,09
Concórdia	4.235	13.290	3.138	5.890	19.203	3.260	39,08	44,49	3,89
Curitibanos	103.645	358.894	3.463	107.180	415.920	3.881	3,41	15,89	12,07
Ituporanga	6.350	21.265	3.349	6.990	24.576	3.516	10,08	15,57	4,99
Joaçaba	57.905	207.558	3.584	57.010	216.399	3.796	-1,55	4,26	5,90
Rio do Sul	3.375	10.941	3.242	3.930	13.545	3.447	16,44	23,80	6,32
São B. do Sul	10.400	34.320	3.300	10.500	33.900	3.229	0,96	-1,22	-2,16
S. M. do Oeste	36.270	108.882	3.002	35.970	108.938	3.029	-0,83	0,05	0,89
Xanxerê	140.000	448.763	3.205	137.060	449.053	3.276	-2,10	0,06	2,21
Santa Catarina	647.505	2.124.588	3.281	643.349	2.208.222	3.432	-0,64	3,94	4,61

Atualmente cerca de 3% da soja plantada em Santa Catarina já foi colhida, e a colheita deve se intensificar nos próximos dias nas principais regiões produtoras. Apesar da falta de chuva que atingiu algumas regiões do Estado, as lavouras se desenvolveram bem e a expectativa é que a produtividade seja acima do inicialmente projetado.

Trigo

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br



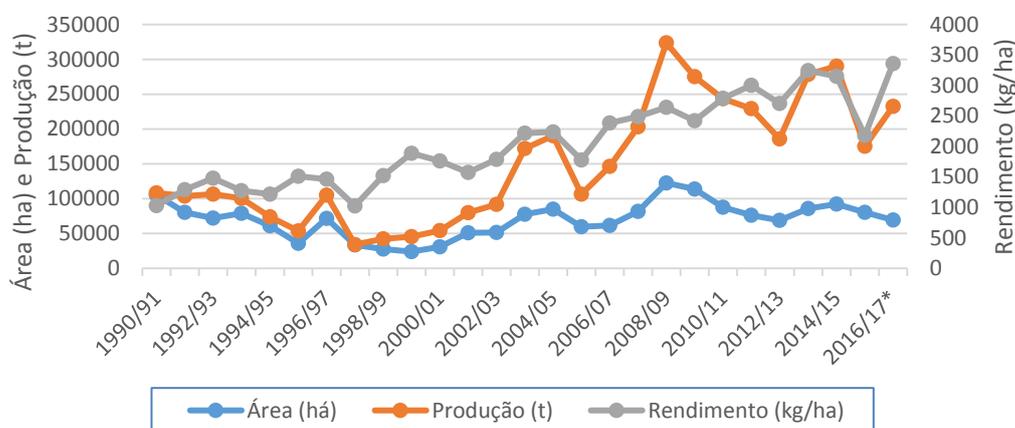
No mês de janeiro o mercado se manteve calmo e os preços pagos ao produtor de trigo praticamente não se alteraram em relação a dezembro. Em janeiro, o produtor catarinense recebeu em média pela saca de 60kg do cereal R\$34,00. Para os próximos meses, a tendência é de que o preço se estabilize até a entrada da nova safra. No cenário internacional, a cotação do trigo vêm obtendo seguidas elevações, fortemente influenciadas pelas informações do relatório de fevereiro do Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA - United States Department of Agriculture). Segundo aponta o relatório, é prevista uma redução na produção de trigo do continente asiático na ordem de 3,33% entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, aspecto que, aliado a pequenas variações negativas de produção em outros continentes, mostra tendência de redução dos estoques mundiais, a qual por sua vez se reflete na elevação nas cotações internacionais do trigo. Para quem está planejando a próxima safra (2017/18), essa informação é importante porque, apesar da tendência de redução de área plantada para a próxima safra, pode-se dizer até o momento que quem plantar trigo em 2017 poderá obter boa rentabilidade, sobretudo se o produtor e suas organizações de comercialização estiverem antenados para o mercado futuro, onde poderão obter melhores preços. Para o analista sênior da consultoria Trigo e Farinhas, Luiz Pacheco, outros fatores podem influenciar o cenário para a próxima safra de trigo, como a elevação no preço do trigo argentino em função de sua alta qualidade e do aumento do custo do frete marítimo (de US\$ 13,00 para US\$ 20/t). Outro aspecto é a perspectiva de estabilização dos custos de produção de trigo em função da queda do dólar.

Trigo Grão – Preços médios pagos ao produtor safra 2016/17 – R\$/saca de 60kg

Estado	Dez./16	Jan./17	variação (%)
Santa Catarina	33,99	34,00	0,03
Paraná	34,18	33,21	-2,84
Rio Grande do Sul	28,83	28,18	-2,25
Goiás	37,50	34,05	-9,20
Minas Gerais	49,54	49,11	-0,87
Mato Grosso do Sul	30,00	28,50	-5,00

Fonte: Epagri/Cepa (SC), Conab (PR,RS,GO,MG e MS).

No Paraná, os preços médios oferecidos aos produtores de trigo no mês de janeiro, segundo a Conab, foi de R\$ 33,21, contra os R\$34,18 pagos em dezembro, redução de 2,83%. Ainda segundo a Conab, no Rio Grande do Sul os preços aos agricultores recuaram cerca de 2,25%. Enquanto em dezembro foi pago ao produtor gaúcho pela saca de 60kg de trigo R\$28,83, em janeiro o preço da saca recuou para R\$28,18.



Safra 1990/91 a 2011/12 dados IBGE/PAM, da safra 2012/13 a 2016/17⁽¹⁾, dados Epagri/Cepa.

⁽¹⁾ estimativa.

Fonte: Epagri/Cepa.

Trigo Grão – Evolução da área cultivada, quantidade produzida e produtividade do trigo em Santa Catarina – Safra 1990/1991 a 2016/2017⁽¹⁾

Santa Catarina nos últimos 26 anos, considerando os extremos da série, perdeu cerca de 52% de sua área de trigo. Em 1990 a área plantada era de 105.521ha e em 2016 esse número está estimado em 69.170ha. Já em relação a produção e rendimento, as variações foram muito positivas ao longo desse período: para o rendimento, o incremento foi de aproximadamente 227% e a produção aumentou cerca de 115%. Esses aumentos em produção e rendimento podem ser atribuídos ao aprimoramento genético, com a seleção de variedades mais produtivas e a intensificação do uso de insumos.

Trigo Grão – Comparativo de safra 2015/16 e estimativa atual da safra 2016/17

Microrregião	Safra 2015/16			Estimativa Atual Safra 2016/17			Variação (%)		
	Área Plantada (ha)	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área	Quant. Prod.	Rend. Médio
Blumenau	30	54	1.800	20	36	1.800	-33	-33	0
Campos de Lages	1.600	4.520	2.825	1.700	6.270	3.688	6	39	31
Canoinhas	17.380	26.874	1.546	14.900	54.474	3.656	-14	103	136
Chapecó	18.360	41.612	2.266	16.605	46.827	2.820	-10	13	24
Concórdia	793	2.091	2.635	622	1.742	2.800	-22	-17	6
Curitibanos	11.375	25.080	2.205	10.648	47.165	4.429	-6	88	101
Ituporanga	1.655	876	529	1.720	4.266	2.480	4	387	369
Joaçaba	6.580	14.319	2.176	4.700	18.212	3.875	-29	27	78
Rio do Sul	630	659	1.046	487	1.338	2.747	-23	103	163
São Bento do Sul	220	396	1.800	250	843	3.372	14	113	87
São M. do Oeste	5.935	16.892	2.846	2.295	7.325	3.192	-61	-57	12
Tijucas	40	6	150	48	144	3.000	20	2300	1900
Xanxerê	15.645	41.666	2.663	15.175	43.719	2.881	-3	5	8
Santa Catarina	80.243	175.045	2.181	69.170	232.360	3.359	-14	33	54

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE/LSPA - SC (dezembro/2016)

Até o final do mês de fevereiro estaremos fazendo o fechamento dos números da safra de trigo em Santa Catarina, com uma cobertura de praticamente 100% da área total de trigo cultivada no Estado. Os levantamentos da Epagri/Cepa indicam que Santa Catarina deverá chegar a uma produtividade recorde em sua história, atingindo 3.359 kg/ha de produtividade média em uma área de 69.170 hectares e alcançando uma produção de 232.360 toneladas do produto. Com uma “safra cheia”, espera-se uma produção 33% superior à safra 2015/16, quando alcançou 175.045 toneladas. Mesmo com uma área cultivada nesta safra 14% inferior à safra passada, é esperado uma aumento de produtividade na ordem de 54%.

Hortaliça

Alho

Jurandi Teodoro Gugel
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

Conforme acompanhamento da safra 2016/17, a produção do alho em SC ocorreu em condições excepcionais, fruto de um conjunto de condições agroclimáticas e fatores tecnológicos favoráveis que propiciaram bom desenvolvimento da cultura em todas as fases, do campo ao armazenamento e preparo para o mercado.

Santa Catarina é o principal produtor nacional de alho com aproximadamente 2.400ha de área plantada na safra 2016/17, cuja produção fora estimada em mais de 20 mil t, com produtividade e qualidade sendo uma das melhores da história da cultura no estado.

A produção catarinense está sendo ofertada ao mercado desde o final do ano passado, mas a conjuntura que inicialmente previa um mercado bastante aquecido e favorável aos produtores, se mostra nesse momento um pouco abaixo das expectativas que se previam no final de 2016.

Pegando “carona” na conjuntura de vários outros produtos hortícolas, o alho enfrenta um ritmo de comercialização lento e abaixo do esperado no mês de janeiro. As expectativas voltam-se para a dinâmica do mercado para após o carnaval, quando o período tradicional de férias, festividades de final de ano, dentre outros, encerra-se definitivamente com o retorno das rotinas familiares e da própria economia como um todo. Com isso alguma melhoria de mercado para o produto é esperada.

Fontes ligadas ao mercado, além dos dados colhidos diretamente pelo levantamento de campo dos preços pagos aos produtores realizado pela Epagri/Cepa, apresentam preços realizados nessa semana de R\$5,00/kg para 2-3, R\$8,00/kg para classe 4-5 e R\$10,00/kg para alho classe 6-7 nobre.

Esses valores, associados ao ritmo de comercialização abaixo das expectativas dos produtores, estão deixando o setor preocupado, embora a comercialização do alho catarinense ocorra normalmente ao longo do primeiro semestre do ano, quando o volume a comercializar ainda é de aproximadamente 70% da produção.

O Brasil apresenta alta dependência das importações de alho para o abastecimento interno. Os principais países fornecedores são a China e Argentina, que juntos representaram 91,5% do total das quantidades importadas em 2015, sendo 59,8% de origem chinesa, e 31,6 % vindo da Argentina. As importações de outros países representaram 8,5% do total, sendo Chile, Formosa, Espanha, Malásia, Peru e Portugal parceiros regulares. Em 2016 conforme o sistema Alice/MDIC, as importações de alhos frescos da China e Argentina mantiveram-se acima dos 90% do total importado.

Tabela 1. Importação de Alho frescos pelo Brasil de 2012/2116 e janeiro de 2017

	2013	2014	2015	2016	2017 ⁽¹⁾
U\$ (mil)	215.558	164.516	162.301	359,530	28.644
Ton(mil)	173,647	159,224	148,840	186,167	12,522

⁽¹⁾Janeiro.

Fonte: Sistema Alice – MDIC.

O ano de 2016, conforme a Tabela 1, fechou com a importação de 186,167 mil toneladas de alho, ou seja, 25,07% superior ao importado em 2015. Por outro lado, houve crescimento no custo da importação cujo valor total superou a casa dos U\$ 359 milhões de dólares.

O ano de 2017 inicia com o mês de janeiro tendo uma significativa redução nas importações de alho, comparativamente a janeiro de 2016, que fora de 16,907 mil toneladas para 12,522 mil toneladas, ou seja, 35% inferior, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.

Tabela 2. Importação de Alho 2016		
	Volume em mil toneladas	Valor U\$\$(milhões)
Janeiro	16,907	26,796
Fevereiro	16,699	33,772
Março	16,580	30,802
Abril	15,329	27,777
Mai	13,925	26,716
Junho	15,871	23,509
Julho	34,336	75,010
Agosto	15,710	28,956
Setembro	11,780	21,283
Outubro	5,878	11,479
Novembro	9,040	19,762
Dezembro	14,112	33,668
TOTAL	186,167	359,530

Fonte: Sistema Alice – MDIC.

A Tabela 2, acima, mostra o quadro das importações de alho no ano de 2016 com o objetivo de demonstrar o comportamento da entrada de alho no Brasil. Percebe-se um primeiro semestre com forte importação e uma significativa redução no segundo semestre. O mês de dezembro, contudo, sinalizou pequena retomada.

Cebola

Jurandi Teodoro Gugel
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa
jurandiguigel@epagri.sc.gov.br

Santa Catarina é o maior produtor nacional de cebola com mais de 20 mil hectares plantados. Na safra atual (2016/17), as condições climáticas transcorreram muito favoravelmente para a cultura em todo o período de desenvolvimento vegetativo. O resultado destas condições naturais, aliado à tecnologia adotada, é que o Estado tenha uma safra recorde. Em levantamento de campo da Epagri/Cepa constatou-se uma produtividade média acima de 30 t/ha, incluindo, excepcionalmente, produtores com até 50 t/ha, principalmente no caso das cultivares mais precoces. Dessa forma a produção catarinense deve ultrapassar 580 mil t, gerando grande oferta do produto no mercado nacional no primeiro semestre do ano, o que deve favorecer a queda de preço ao produtor.

Já no mês de janeiro os efeitos dessa conjuntura começaram a ser sentidos pelo setor. As organizações representativas da categoria iniciaram uma série de ações no campo político com o objetivo de buscar alternativas que amenizem a situação da cultura e dos produtores em Santa Catarina.

Basicamente os produtores e suas organizações apresentaram a pauta de reivindicações considerando:

- a)** Ainda há reflexos econômico e financeiro das perdas da safra 2015/16 pelas condições climáticas da época com perda na qualidade da cebola catarinense, o que levou muitos agricultores a prorrogar compromissos junto aos agentes do crédito rural, especialmente de contratos de investimento;
- b)** Portaria de Classificação 529/95 – Mapa, que estaria ultrapassada e em desacordo com o que o mercado está a exigir atualmente, refletindo em perdas ao produtor;
- c)** Concorrência das importações, especialmente de cebola da Holanda a preços aviltantes;
- d)** Valores do teto do subsídio do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar do Governo Federal (PGPAF), de R\$ 3.500,00/ano para o custeio por família muito baixo para a realidade da agricultura familiar catarinense, provocando movimento que reivindica teto de R\$ 10.000,00/ano/família;
- e)** Inclusão da cebola na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum de modo a sobre taxar importação de cebola de alguns países.

As questões colocadas acima têm relação direta com o perfil característico dos produtores de Santa Catarina, sendo estes amplamente agricultores familiares e com algumas limitações para suportar os reflexos da conjuntura atual do mercado e por outro lado a dependência do crédito rural para destes agricultores para viabilizar o processo de produção.

Segundo dados do Banco Central, na safra 2016/17, foram contratadas 3.616 operações de crédito para os cebolicultores catarinenses na linha do Pronaf num montante de R\$ 135.376.567,07, perfazendo a média por contrato de R\$ 37.438,20 para atender a cultura.

Nas demais linhas de financiamento foram realizadas 348 operações com a liberação de R\$ 26.778.240,79 com média por contrato de R\$ 76.948,97.

No total Santa Catarina contratou na presente safra 4.964 operações num montante de R\$ 162.154.807,86.

A contratação de crédito de custeio para a mesma safra no Brasil foi de 5.927 operações com um total de recursos liberados de R\$ 247.708.173,51 e média de valor por contrato na ordem de R\$ 41.793,17, o que não fica muito distante da média catarinense.

O papel do crédito rural na produção de cebola em Santa Catarina é bastante relevante, pois o Estado participa com 83% do número operações de contratação e 65% dos recursos liberados no Pronaf e demais linhas.

A colheita já foi concluída em Santa Catarina e cerca de 45% da produção já foi comercializada.

O mercado para a produção catarinense teve uma significativa queda de preços na segunda quinzena de janeiro, mas nos últimos dias teve pequenos sinais de melhora, embora muito distante de tranquilizar o setor.

O comportamento do mercado teve influência da entrada de cebolas da região do Planalto Catarinense e de cultivares tardias do Alto Vale do Itajaí que enfrentaram chuvas fortes antes do recolhimento do produto da lavoura, afetando a qualidade dos bulbos. Essa situação, associada à grande oferta de cebola no mês de janeiro, interferiu no mercado. Como o Rio Grande do Sul também teve safra importante e suas limitações na capacidade de armazenamento, o mercado gaúcho ofertou cebola no mercado puxando preços para baixo.

A boa notícia é que a produção gaúcha já está com 95% do volume comercializado e a do Paraná em torno de 75%. Isso deve contribuir para aliviar a situação no próximo período aos produtores catarinenses.

O quadro é de preocupação de parte dos produtores e das suas organizações representativas. Para os cebolicultores é fundamental que o ritmo de comercialização retome sua dinâmica tradicional nesse período, já que a produção catarinense é comercializada ao longo do primeiro semestre do ano.

Agrava esse quadro o fato de que as importações brasileiras mais significativas têm coincidido com o período mais comum de venda de cebola catarinense, particularmente o produto importado da Holanda e da Argentina. Em 2016, por exemplo, as importações foram elevadas nos primeiros meses, em especial até maio, tiveram queda no segundo semestre, mas finalizaram o ano em franca recuperação. Isso preocupa porque pode ser repetir este ano. Embora ainda estejamos no início de 2017, já há indicações de agentes da cadeia produtiva de sensíveis importações de cebola holandesa. Segundo essas fontes de mercado, as importações têm ocorrido a preços baixos em decorrência da grande safra em praticamente todos os países da União Europeia, gerando excedentes que são exportados a preços aviltantes.

As importações de cebolas frescas pelo Brasil de 2013 a 2016 oscilam de aproximadamente 150 mil a pouco mais de 250 mil t/ano, volume que pode não ser significativo na determinação de preço em algumas circunstâncias no mercado brasileiro, mas a entrada do produto importado, quando coincide diretamente com a oferta da produção catarinense no mercado nacional, tem ocasionado pressão de baixa de preços, especialmente ao produtor.

Em relação ao mercado atacadista de Santa Catarina, a Ceasa/SC apresenta volume comercializado comparativamente janeiro de 2016 e janeiro de 2017, com 1.323 t e 1.580 t, respectivamente. Um crescimento de 19,43%, em volume comercializado, porém com uma queda de 48,35% em valor monetário total.

O reflexo dessa conjuntura de mercado é uma importante queda no valor pago aos produtores que, nesta semana, segundo levantamento de campo da Epagri/Cepa, oscila de R\$0,30/kg classe 2 a R\$0,55/kg para a classe 3-5, o que seguramente não remunera os custos de produção.

Contudo, vale salientar que o produtor deve estar atento à dinâmica diária ou mesmo semanal do mercado de forma a “administrar”, na medida do possível, a comercialização escalonadamente e também acompanhar a evolução das possíveis medidas que possam vir a ser tomadas no âmbito dos governos e agentes públicos.

Produtos vegetais

Fumo

Luis Augusto Araujo
Engenheiro-agrônomo, M.Sc - Epagri/Cepa
laraujo@epagri.sc.gov.br

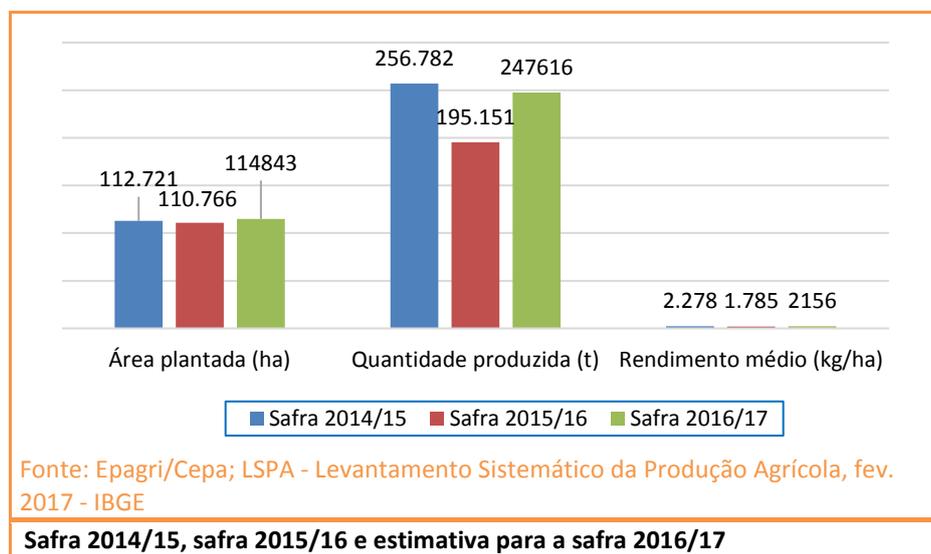
A safra de tabaco 2016/17 transcorre dentro dos padrões esperados de produtividade e qualidade, em virtude das condições climáticas normais submetidas às diversas fases da cultura até o presente momento. Essa normalidade difere do ocorrido com a safra 2015/16, que sofreu com o excesso de chuvas e a ocorrência de granizo.

A incidência dessas ocorrências climáticas na safra 2015/16 contribuiu para uma quebra da produção de tabaco do Sul do Brasil de 21% em relação ao ano anterior, atingindo 675.080 toneladas, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola elaborado pelo IBGE. Além disso, o preço médio pago ao produtor aumentou 37% no Virgínia e 48% no Burley quando comparado à safra anterior, segundo avaliação da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

A produção catarinense

Em Santa Catarina, após experimentar redução de área plantada por três safras consecutivas, a safra 2016/17 de tabaco catarinense expandiu 3,68% de área plantada em relação à safra anterior. Em que pese o declínio na demanda mundial por fumo, os preços recebidos pelos produtores na safra anterior (2015/16) têm peso significativo na expansão de área verificada na safra atual.

A expectativa de rendimento atual de 2.156 kg/ha praticamente recupera a queda de 16,6% observada na safra 2015/16, em decorrência do excesso de chuvas nos meses de setembro e outubro de 2015 e da ocorrência de granizo em importantes áreas produtoras.



Em decorrência desses fatos, a produção esperada para a safra de fumo corrente apresentou aumento de 26,8% em relação à safra anterior, mas ainda permanecendo inferior àquela obtida na safra de 2014/15.

Regiões produtoras de fumo

As três principais regiões produtoras de fumo em Santa Catarina, as regiões de Canoinhas, Rio do Sul e Ituporanga devem contribuir com 68,6% da produção total e com 62,7% da área plantada no território catarinense. Nessas três microrregiões, segundo as últimas estimativas do Epagri/Cepa, espera-se produção de 169.821 toneladas, do total de 247.616 toneladas de fumo previstas para Santa Catarina.

É ainda importante registrar que 93% da produção estadual do tabaco tem sua origem em oito microrregiões (de um total de vinte): Canoinhas, Rio do Sul, Ituporanga, Tubarão, Araranguá, Criciúma, São Miguel do Oeste e Chapecó. Em outro sentido, três microrregiões não produzem o tabaco: Florianópolis, Itajaí e Joinville.

Microrregião	Safrá 2016/17		
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Santa Catarina	114.843	247.616	2.156
Araranguá	7.575	12.735	1.681
Blumenau	601	1.329	2.211
Campos de Lages	861	1.724	2.003
Canoinhas	38.780	96.312	2.484
Chapecó	5.999	10.304	1.718
Concórdia	158	265	1.674
Criciúma	5.794	10.810	1.866
Curitibanos	640	1.160	1.813
Ituporanga	13.357	29.230	2.188
Joaçaba	863	1.279	1.482
Rio do Sul	19.917	44.279	2.223
São Bento do Sul	1.100	2.530	2.300
São Miguel do Oeste	5.965	10.698	1.794
Tabuleiro	1.013	1.970	1.945
Tijucas	2.840	4.499	1.584
Tubarão	8.383	16.597	1.980
Xanxerê	997	1.895	1.901

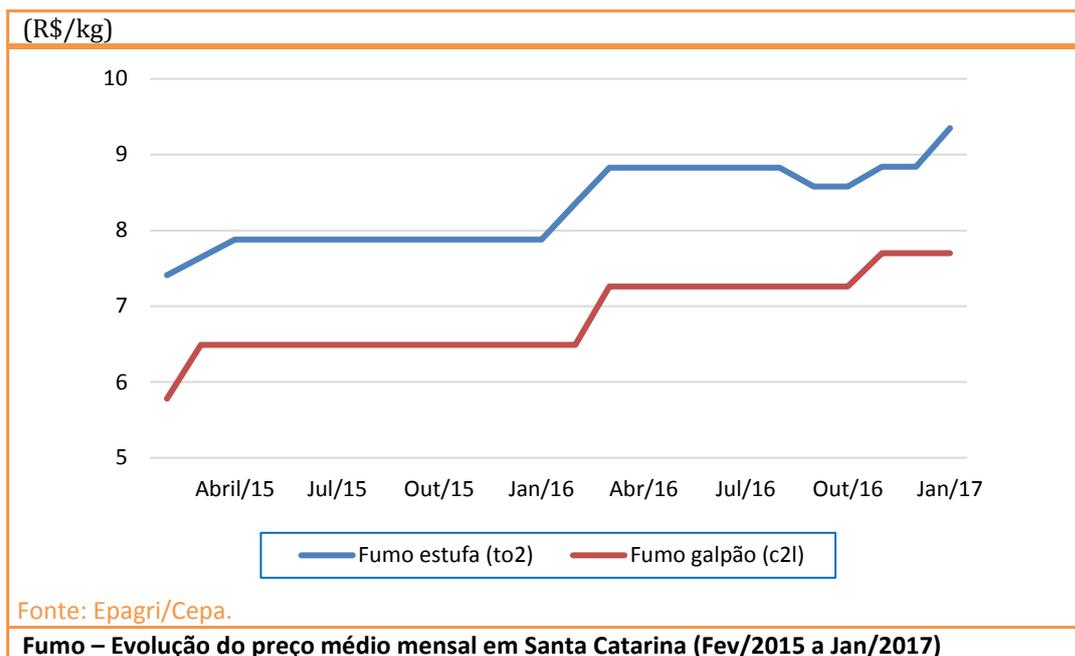
Fonte: Epaagri/Cepa

Segundo prognóstico para a safra 2016/17, o rendimento médio oscila entre um mínimo de 1482 kg/ha na microrregião de Joaçaba e um máximo de 2484 kg/ha na microrregião de Canoinhas, com rendimento médio estadual de 2.156 kg/ha. É exatamente o rendimento médio esperado para as três principais microrregiões produtoras de tabaco que pucham para cima a média estadual.

O preço do fumo

A evolução do preço médio recebido pelo produtor para o fumo estufa (to2) e fumo galpão (c2l), de janeiro de 2015 a janeiro de 2017, é apresentada na Figura abaixo.

A redução no volume de produção de tabaco brasileiro na safra 2015/16 explica parte do aumento observado nos preços recebidos pelos produtores de 37% no Virgínia e 48% no Burley. Naquela safra, no primeiro mês de 2016, as empresas fumageiras abriram o período de compra da safra de tabaco no Sul do Brasil com preços até 12% acima da tabela praticada no ano anterior.



A primeira rodada de negociações relativa à tabela de preço do tabaco para a safra 2016/2017 ocorreu em novembro de 2016, na sede da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), em Santa Cruz, RS. As entidades representativas dos produtores pleiteavam 10,9% de reajuste para repor a variação de 7,3% no custo de produção e acrescer uma lucratividade.

A empresa Souza Cruz assinou protocolo com as entidades, estabelecendo aumento de 8,35% sobre a tabela atual, do ano anterior. O percentual de 8,35%, apesar de não ser os 10,9% sugeridos pelas entidades representativas, supre a variação do custo de produção e ainda permite adicionar uma lucratividade, em relação ao ano anterior.

Até a rodada do mês de janeiro de 2017, com as fumageiras – Philip Morris, JTI, Universal Leaf, Alliance One, China Brasil e Premium – e com os representantes dos fumicultores, não houve acordos. Nenhuma das empresas fumageiras chegou ao percentual de reajuste da tabela de preço do tabaco para a safra 2016/2017, assinado com a Souza Cruz em novembro passado.

Mais recentemente, o presidente da Afubra, Benício Albano Werner, tem manifestado preocupação com o rigor na classificação da presente safra de tabaco e que as entidades estarão pressionando as empresas para que remunerem melhor as classes não tão nobres de tabaco.

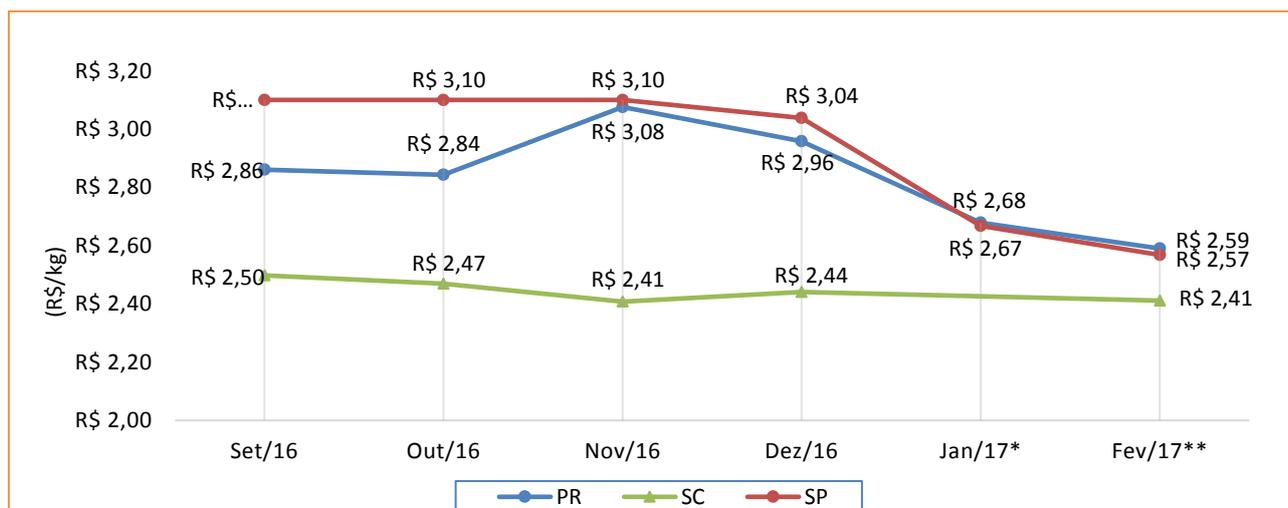
Pecuária

Avicultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Assim como ocorreu durante todo o ano passado, nas primeiras semanas de 2017 o preço médio estadual do frango vivo continuou apresentando um comportamento relativamente estável em Santa Catarina, não obstante a pequena oscilação negativa registrada. O preço médio preliminar de fevereiro é 1,18% menor que o de dezembro do ano passado (os preços de janeiro não estão disponíveis para a praça de Chapecó, referência para esse produto, razão pela qual não se utilizou a média desse mês). Em dezembro o preço começou a esboçar uma pequena recuperação, mas em fevereiro voltou-se ao patamar de novembro do ano anterior.

O gráfico apresentado a seguir compara a evolução do preço médio mensal do frango vivo em Santa Catarina com o mesmo parâmetro em São Paulo e Paraná, nos últimos seis meses. Como é possível perceber, desde novembro de 2016 o movimento predominante tem sido de queda, com exceção do mês de dezembro em Santa Catarina.



(¹) Refere-se ao custo do frango vivo na integração, posto na plataforma da agroindústria.

* Não há dados disponíveis para o mês de janeiro/17 em Santa Catarina.

** Os dados do mês de fevereiro são preliminares, relativos ao período de 1º a 15/fev./2017.

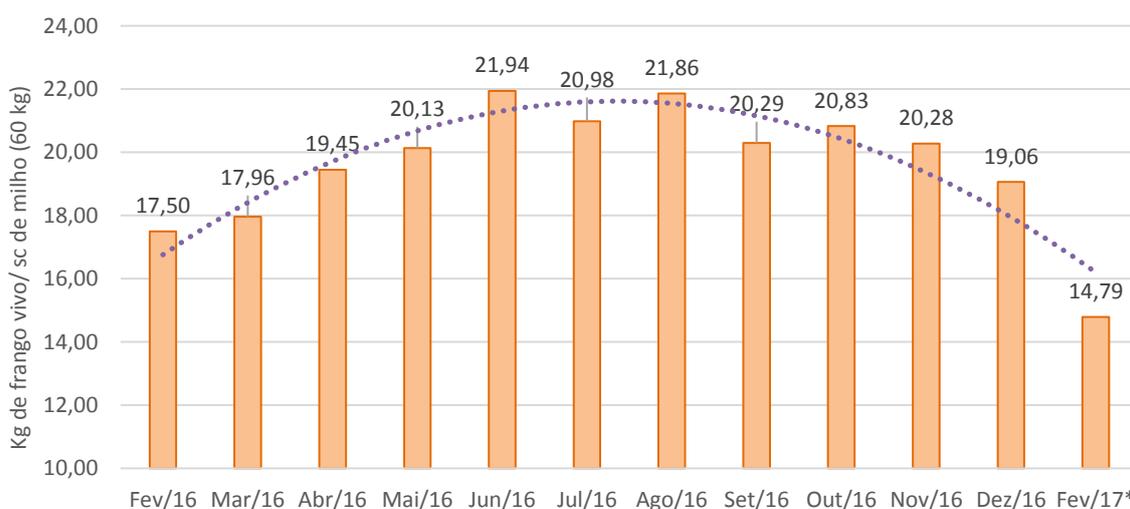
Fonte: Epagri/Cepa (SC); IEA (SP); SEAB (PR).

Frango vivo – Preço médio nominal⁽¹⁾ mensal para avicultores em Santa Catarina, São Paulo e Paraná – 2016/2017

Em relação a janeiro, o preço médio de fevereiro (preliminar) apresenta recuo de 3,32% no Paraná e 3,56% em São Paulo. Quando se leva em consideração o mês de dezembro de 2016, as quedas são ainda mais significativas: -12,43% no Paraná e -15,43% em São Paulo. O cenário fica menos drástico na comparação entre fevereiro de 2017 e o mesmo mês do ano anterior: -2,32% (PR), -1,19% (SC) e 3,00% (SP). Como é de amplo conhecimento, nesse meio tempo o setor passou por uma grave crise, decorrente da redução da demanda de carnes no mercado interno e aumentos significativos nos custos de produção.

Já abordamos a questão dos custos de produção em boletins anteriores, mas nunca é demais lembrar que o principal responsável pelo movimento de ascensão foi o aumento histórico nos preços do milho, principal componente da ração para frangos. Embora os preços do milho tenham recuado durante o último quadrimestre de 2016, o ano encerrou-se com uma alta acumulada de 5,44%, de acordo com o índice de custos de produção calculado pela Embrapa Suínos e Aves (ICPFrango).

Com a diminuição no preço do milho, somada a algumas oscilações positivas no preço do frango vivo, a relação de troca insumo/produto apresentou um movimento de queda mais consistente a partir de outubro de 2016. Em fevereiro o índice atingiu o valor de 14,79 (preliminar), o que representa uma variação de -22,39% em relação a dezembro e de -15,48% na comparação com fevereiro de 2016. Esse se constitui no menor valor atingido pelo índice desde setembro de 2015.



Para cálculo da relação de troca insumo/produto utiliza-se os preços do frango vivo (ao produtor) e do milho (atacado) na praça de Chapecó, SC.

* Os dados do mês de fevereiro são preliminares, relativos ao período de 1º a 15/fev./2017.

Fonte: Epagri/Cepa.

Quantidade de frango vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2016/2017

Por ocasião da finalização deste artigo (15 de fevereiro), o preço mais comum do milho (no atacado) em Chapecó era R\$35,50. Esse valor representa uma queda de 15,48% em relação ao mesmo período de 2016. Por outro lado, quando comparado a fevereiro de 2015, o preço atual ainda é 25,04% superior.

A priori, não há expectativa de que este ano o milho volte a atingir patamares históricos como aqueles registrados no ano passado. De acordo com o 5º Relatório de Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2016/17, elaborado pela Conab, a 1ª safra na temporada 2016/17 deverá ter uma produção de 28,8 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 11,5% em relação ao ano anterior. Diferentemente do que ocorreu na safra 2015/2016, no atual período as condições climáticas favoreceram o plantio e o desenvolvimento da cultura. Já em relação à 2ª safra, as estimativas preliminares indicam que a produção deve atingir 58,6 milhões de toneladas, um aumento de 44%. A produção total deve ser de 87,4 milhões de toneladas (aumento de 31,4%).

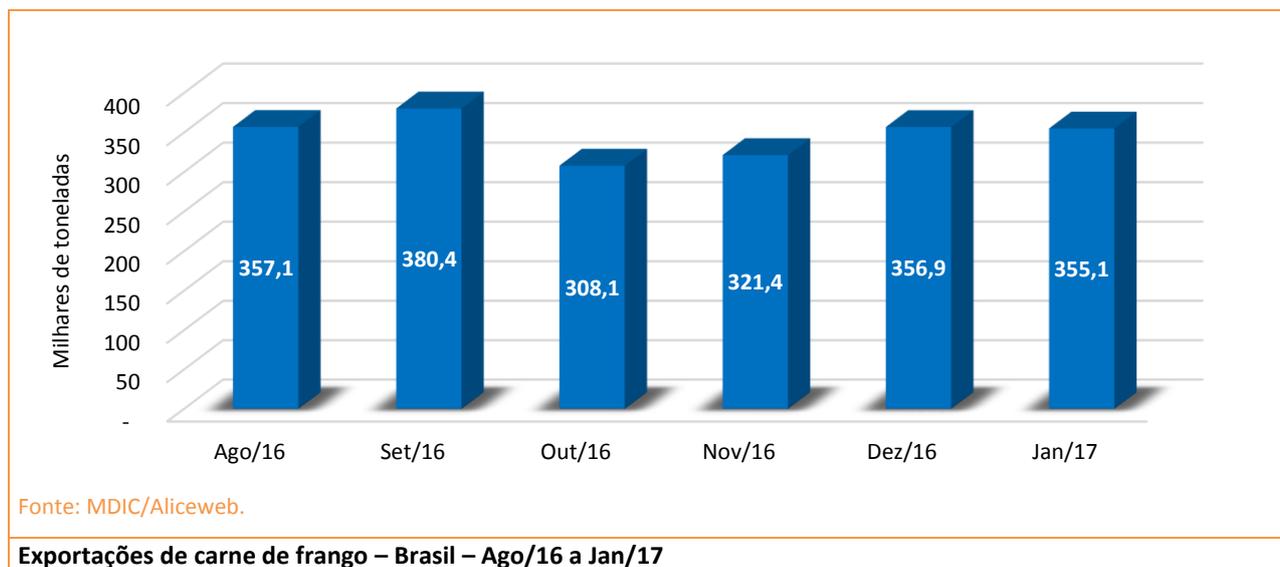
O aumento da produção e a desvalorização do dólar em relação ao real (tornando o milho brasileiro menos competitivo no mercado internacional) são os principais fatores que reforçam as expectativas de que não faltará milho para a alimentação animal e de que os preços permanecerão em patamares menos acentuados.

Apesar do cenário favorável no que tange aos insumos e custos de produção, o setor ainda enfrenta dificuldades em relação à demanda interna. Em artigo publicado recentemente, o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) destaca que os dados preliminares de 2016 apontam uma queda de 1,45% no consumo aparente de carnes. No caso do frango, a queda deverá atingir 4,95%, reduzindo o consumo *per capita* de 43,25 kg/hab./ano para 41,10 kg/hab./ano. Por outro lado, o consumo de ovos aumentou 5%, de acordo com o IEA.

Não obstante a demanda enfraquecida, dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), relativos aos abates realizados no âmbito das unidades abrangidas pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF), indicam que em janeiro de 2017 foram abatidos em Santa Catarina um total de 76,48 milhões de aves, um aumento de 3,25% em relação a dezembro e de 14,69% na comparação com o mesmo período de 2016.

Em relação ao mercado atacadista, os dados da Epagri/Cepa demonstram que, entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, ocorreu queda de 2,62% no preço médio estadual do frango congelado (o valor de fevereiro é preliminar e refere-se ao período de 1º a 15/fevereiro). Situação semelhante aconteceu com a coxa/sobrecoxa congelada, cujo preço caiu 5,41%. Por outro lado, o filé de peito e o peito com osso apresentaram altas de 0,81% e 4,15% respectivamente.

Com o consumo no mercado interno enfraquecido, o mercado externo tem se constituído em importante canal para escoamento da produção e estabilização dos preços. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em janeiro o País exportou 355,1 mil toneladas de carne de frango (*in natura* e industrializada), o que representa uma queda de 0,51% em relação a dezembro e um aumento de 14,19% na comparação com janeiro de 2016.

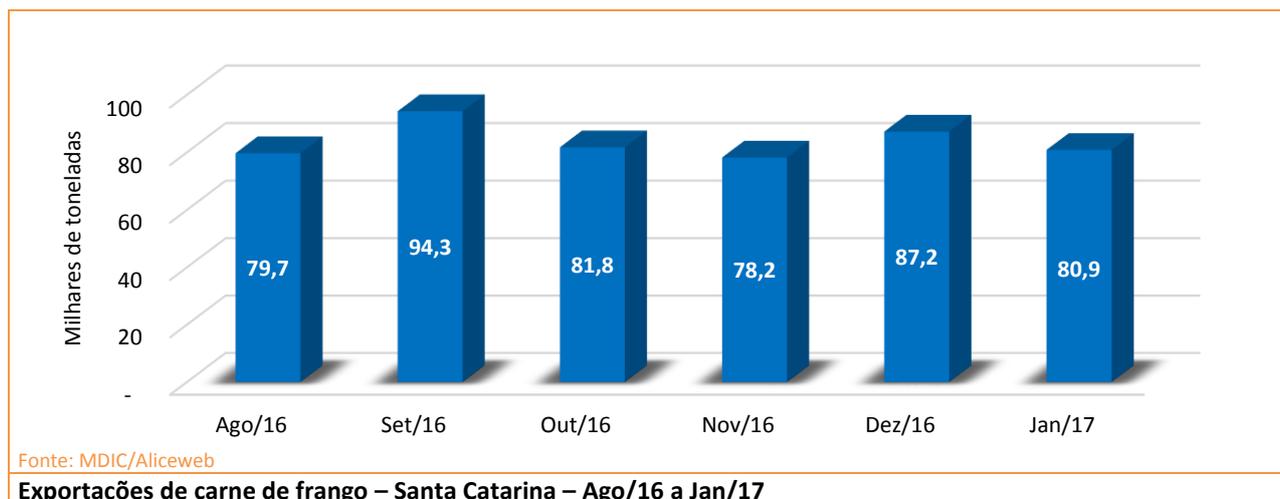


Em relação às receitas, o resultado de janeiro foi plenamente positivo, atingindo-se US\$592,7 milhões, um incremento de 4,57% em relação a dezembro e de 33,63% na comparação com janeiro de 2016.

Os principais destinos da carne de frango brasileira em janeiro foram a Arábia Saudita, a China e o Japão, que juntos responderam por 40,3% das receitas do País com esse produto.

Santa Catarina, por sua vez, também apresentou bons resultados no mês passado. O Estado exportou 80,86 mil toneladas de carne de frango, o que embora represente uma queda de 7,30% em relação a dezembro, significa um aumento de 18,06% na comparação com janeiro de 2016.

Já as receitas obtidas pelo Estado foram de US\$145,6 milhões, o que corresponde a uma queda de 2,66% em relação a dezembro, mas um aumento de 39,86% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.



Os principais destinos da carne catarinense foram o Japão, a China e os Países Baixos, os quais, juntos, responderam por 37,04% das exportações do Estado.

País	Janeiro/2017	
	Valor (US\$)	Qtidade (t)
Japão	26.706.950,00	13.898
China	16.149.429,00	8.814
Países Baixos	11.072.118,00	4.893
Reino Unido	9.583.587,00	3.783
Coreia do Sul	8.960.458,00	4.741
Outros países	73.132.817,00	44.736
Total	145.605.359,00	80.865

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), esse aumento nas exportações brasileiras de carne de frango poderia indicar os primeiros reflexos dos casos de influenza aviária em outros países exportadores. O Brasil nunca registrou nenhum caso de influenza aviária, o que faz com que, já no final do ano passado, diversos analistas apontassem a possibilidade de aumento na procura pelo produto brasileiro enquanto outros mercados produtores enfrentam a doença. Na edição anterior do Boletim Agropecuário já havíamos abordado esse assunto.

Recentemente a ABPA informou que havia sido procurada por países que deixaram de comprar carne de frango de exportadores onde se registraram casos de influenza aviária. A entidade estima que o total de carne de frango que deixaria de ser comprado desses países poderia chegar a 600 mil toneladas e que em 60 dias as agroindústrias brasileiras estariam em condições de atender ao menos parte dessa demanda.

Mais uma vez ressalta-se que, se por um lado a ocorrência de focos de influenza aviária em outros países exportadores constitui-se numa possibilidade de ampliação de mercados para o Brasil, por outro há que se redobrar os esforços para evitar que a doença chegue ao País. O registro de casos no Chile deve servir de alerta, tendo em vista a proximidade daquele país com o Brasil. Conforme informou o governo chileno, a

doença ocorrida no país é de baixa patogenicidade. Contudo, até o momento já foram abatidas cerca de 350 mil aves.

De acordo com a diretora de Defesa Agropecuária da Cidasc, Priscila Maciel, o surgimento de surtos de influenza aviária em diversos países (na Europa, Ásia e África) no último ano e, especialmente, o surto no Chile, têm feito com que a Cidasc intensifique as ações de vigilância sanitária nas granjas de aves e nas divisas do Estado, atendendo ao alerta preventivo do Mapa.

A diretora ressalta ainda que são priorizadas as ações de biosegurança nas granjas de aves, destacando algumas medidas simples que podem ajudar a garantir a manutenção do *status* sanitário do Estado, como por exemplo: evitar a entrada de estranhos, trocar os calçados para entrar no aviário, trocar de roupa ao entrar e sair do aviário, entre outras. Em caso de suspeita, os produtores devem se dirigir ao escritório da Cidasc mais próximo. Alguns sinais de alerta que devem ser considerados: mortalidade acima de 10%, mortalidades elevadas num curto período de tempo, problemas respiratórios nas aves, entre outros. “Quanto mais rápida a notificação, mais rápido o atendimento e mais rápida a verificação da suspeita. Essa notificação precoce é primordial para o sistema inteiro funcionar”, ressalta a diretora da Cidasc.

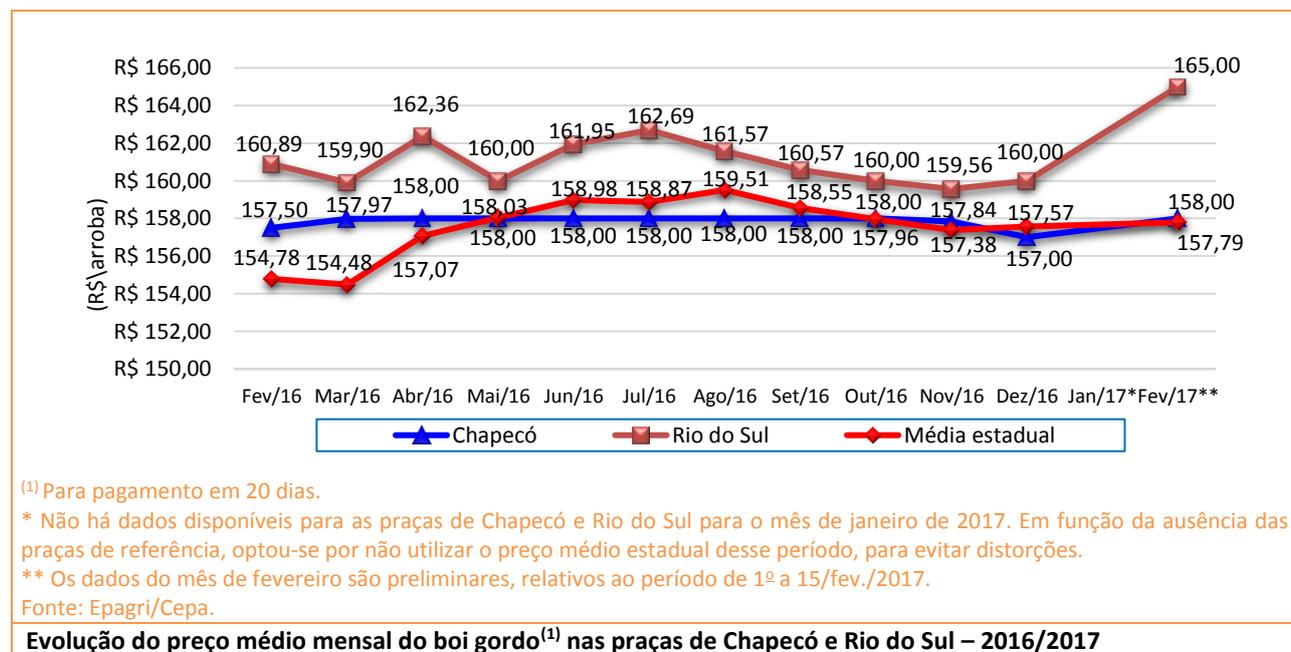
Por fim, cabe o registro de que no início de fevereiro o Brasil recebeu a visita de uma missão veterinária do México, com a finalidade de inspecionar frigoríficos de bovinos, aves e suínos, com vistas à habilitação dos estabelecimentos para exportação ao mercado mexicano. No total, foram inspecionados 11 frigoríficos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Alguns analistas acreditam que os recentes posicionamentos do novo presidente dos Estados Unidos em relação ao México podem favorecer o Brasil no que diz respeito às exportações.

Bovinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandre giehl@epagri.sc.gov.br

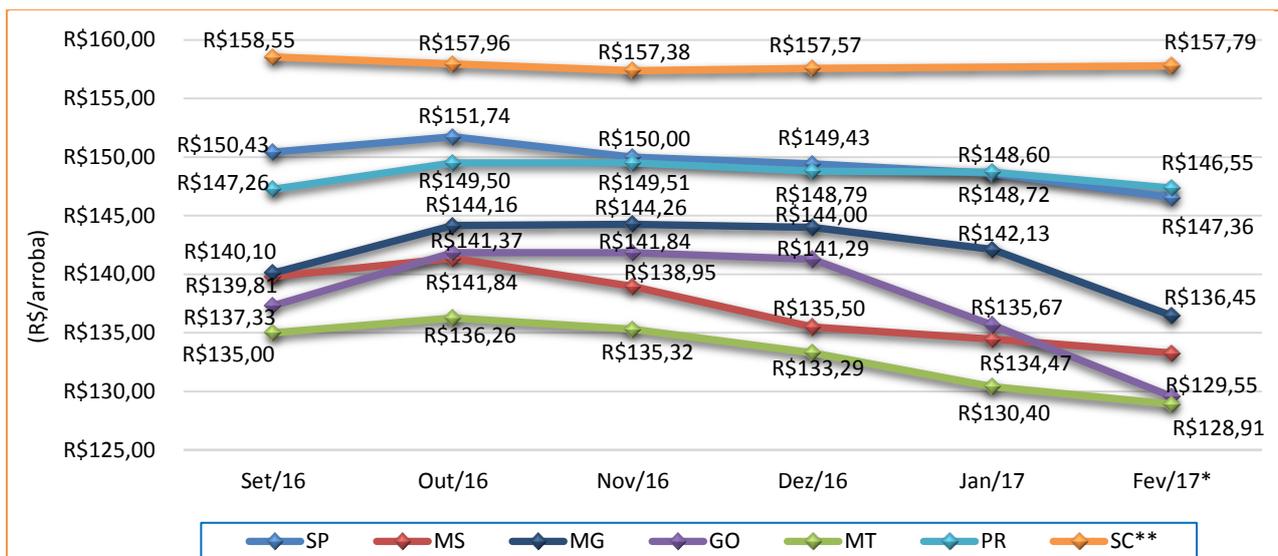
As primeiras semanas de 2017 demonstram que, de forma geral, a tendência de estabilidade no mercado do boi gordo, já observada em 2016, deve se manter em Santa Catarina. Por ora, a exceção parece ser a praça de Rio do Sul, onde se registra até o momento um aumento de 3,13% em fevereiro (preço preliminar, referente ao período de 1º a 15 de fevereiro), em relação a dezembro de 2016. Em Chapecó, o preço preliminar de fevereiro variou apenas 0,64% na comparação com dezembro. Quando se leva em consideração fevereiro de 2016, os preços atuais apresentam variações de 0,32% e 2,55% em Chapecó e Rio do Sul, respectivamente. Na média estadual observa-se uma estabilidade ainda maior, com uma oscilação de apenas 0,15% entre dezembro de 2016 e fevereiro deste ano.

Apesar dos preços de janeiro nas praças de referência não estarem disponíveis, avaliações informais apontam que houve pouca variação nesse período. Os dados divulgados pela Conab reforçam essa percepção, uma vez que segundo aquela instituição os preços médios estaduais de janeiro foram iguais aos de dezembro.



Embora o mercado tenha demonstrado sinais de estagnação, o cenário encontra-se melhor para os produtores catarinenses do que nos demais estados analisados na presente publicação. Conforme é possível perceber no gráfico a seguir, entre janeiro e fevereiro todos esses estados apresentaram variações negativas de preços. Destacam-se os casos de Goiás e Minas Gerais, onde as oscilações atingiram -4,51% e -4,00%, respectivamente. Os demais apresentaram variações em patamares semelhantes: São Paulo (-1,38%), Mato Grosso (-1,14%), Paraná (-0,91%) e Mato Grosso do Sul (-0,89%).

A variação média dos preços de fevereiro em relação a janeiro nos seis estados (Santa Catarina não foi incluída no cálculo, tendo em vista a ausência de dados para o período em questão, conforme já comentado anteriormente) foi de -2,12%. O mês de janeiro já havia apresentado uma queda de 1,44% nos preços médios dos seis estados, na comparação com dezembro.



** Os dados do mês de fevereiro são preliminares, relativos ao período de 1º a 15/fev./2017.

** Tendo em vista a ausência de dados das praças de referência (Chapecó e Rio do Sul) para o mês de janeiro, optou-se por não utilizar o preço médio estadual de SC para esse período.

Fonte: Epagri/Cepa⁽¹⁾; Cepea⁽²⁾; DERAL/SEAB⁽³⁾ (2016).

Evolução dos preços da arroba de boi gordo em SC⁽¹⁾, SP⁽²⁾, MG⁽²⁾, GO⁽²⁾, MT⁽²⁾ e PR⁽³⁾ – 2016/2017

Quando se leva em consideração os preços médios de fevereiro de 2016 (incluindo-se nesse caso os dados de Santa Catarina), verifica-se que os valores atuais encontram-se 3,78% defasados, em termos nominais.

Desde meados de 2015 o mercado do boi gordo tem se mostrado estável, situação que se tornou mais evidente em 2016. Conforme é possível perceber no gráfico acima, a partir de outubro do ano passado observou-se um comportamento de queda, o qual se acentua de dezembro em diante na maioria dos estados. O consumo doméstico enfraquecido e o baixo volume de vendas no atacado são os principais responsáveis por tal situação. Com isso, os frigoríficos têm reduzido suas compras de animais, além de tentar pressionar os preços para baixo. Por outro lado, as baixas só não foram maiores em função da reduzida oferta de bois para abate, já que muitos produtores têm optado por segurar os animais no pasto na expectativa de obtenção de preços mais remuneradores.

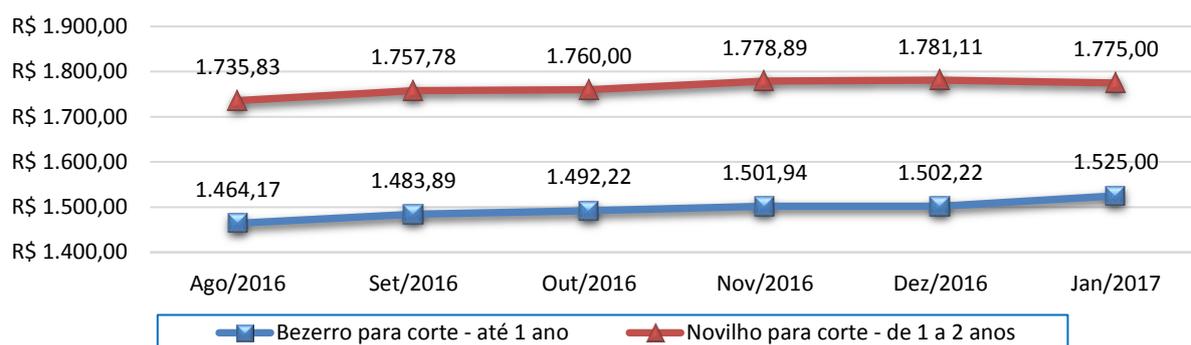
No caso de Santa Catarina, o preço médio estadual de fevereiro manteve-se praticamente inalterado em relação a dezembro. Tal cenário tem relação com a baixa oferta de animais para abate e com o fato de que o Estado é deficitário na produção desse tipo de carne, o que faz com que não acompanhe a tendência nacional de queda.

Conforme dados divulgados no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), relativos aos abates realizados nas unidades registradas no Sistema de Inspeção Federal (SIF), em janeiro de 2017 foram abatidos no País 1,73 milhão de bovinos, uma queda de 13,2% em relação ao mesmo período de 2016. Em Santa Catarina foram abatidos 8.380 animais, o que representa queda de 13,0% em relação ao ano anterior. Contudo, há que se ressaltar que as unidades com SIF são responsáveis por menos de ¼ dos bovinos abatidos no Estado, não sendo possível afirmações taxativas quanto ao desempenho estadual.

Em relação ao mercado atacadista, de acordo com os dados da Epagri/Cepa, em Santa Catarina os cortes dianteiros registraram alta de 1,81% na comparação entre janeiro e fevereiro (preço preliminar, referente ao período de 1º a 15 de fevereiro). Já o traseiro sofreu pequena redução de 0,14%, o que é reflexo da busca de cortes mais baratos por parte do consumidor. Algumas entidades que fazem acompanhamento de preços em São Paulo, principal centro consumidor do País, têm relatado estagnação ou queda nos preços do atacado nas últimas semanas. Exemplo disso é o Cepea, que registrou queda de 0,6% na carcaça de boi vendida no atacado da Grande São Paulo entre 31 de janeiro e 8 de fevereiro.

Em artigo publicado em janeiro, o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) destaca que os dados preliminares de 2016 apontam uma queda de 1,45% no consumo aparente de carnes do País.

Quanto aos animais de reposição, que vinham mantendo uma tendência de crescimento constante de preços durante todo o ano passado, em janeiro deste ano observaram-se comportamentos distintos entre as duas categorias. O preço do bezerro até 1 ano para corte aumentou 1,52% em relação a dezembro, enquanto o novilho de 1 a 2 anos para corte registrou pequeno recuo de 0,34%. Embora seja um índice pequeno, vale mencionar que a última vez em que havia sido registrada queda para essa categoria foi janeiro de 2016. Já em relação aos preços praticados em janeiro do ano anterior, observa-se um aumento de 13,49% no caso do bezerro e de 10,08% para o novilho.

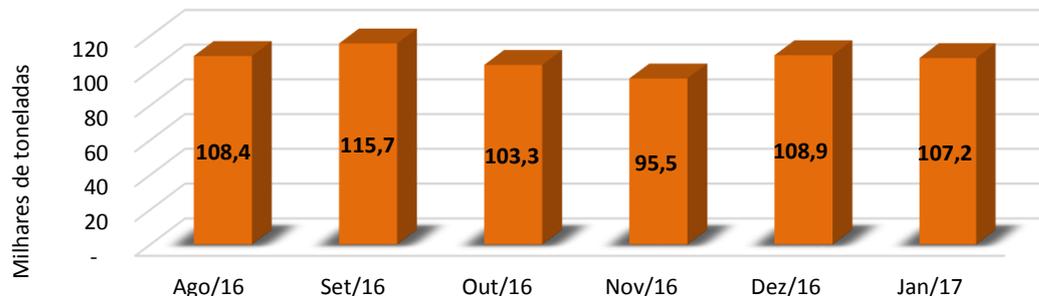


Fonte: Epagri/Cepa.

Evolução dos preços de bezerro e novilho para corte em SC – Preço médio estadual – 2016/2017

No restante do País, as últimas semanas também foram marcadas por pouca movimentação no mercado de animais de reposição. Na maioria dos estados os preços têm permanecido estáveis ou registrado algumas oscilações negativas, fruto do receio de grande parte dos pecuaristas em investir montantes mais significativos diante da demanda enfraquecida e dos preços do boi gordo em queda.

Com a baixa demanda por carne bovina no mercado interno, as exportações continuam se configurando num importante instrumento para o escoamento da produção, o que tem evitado quedas mais significativas no preço pago ao produtor e garantido certa liquidez aos frigoríficos. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em janeiro deste ano o Brasil exportou 107,2 mil toneladas de carne bovina (*in natura*, industrializada e miúdos). Esse montante representa uma queda de 1,5% em relação a dezembro, mas um aumento de 10,31% na comparação com janeiro de 2016.



Fonte: MDIC / Aliceweb.

Exportações de carne bovina – Brasil – 2016/2017

Em termos de receitas, o montante de janeiro foi de US\$417,9 milhões, queda de 4,85% em relação a dezembro e incremento de 13,88% na comparação com janeiro do ano anterior. **41**

Do total embarcado, 81,3% (87,2 mil toneladas) foram de carne *in natura*, principal forma de exportação do produto pelo País.

Assim como ocorreu ao longo do ano passado, Hong Kong e China continuam sendo os principais parceiros comerciais do Brasil no que diz respeito à carne bovina. Os dois juntos foram responsáveis por mais de 1/3 dos embarques desse produto (38,3% da quantidade e 37,6% das receitas). Destaca-se que em relação ao mesmo período do ano passado, as vendas para Hong Kong tiveram uma queda de 4,2% em janeiro deste ano, enquanto para a China registrou-se aumento de 105%.

Principais destinos das exportações de carne bovina – Brasil – Janeiro/2017

País	Janeiro/2017	
	Valor (US\$)	Qtidade (t)
Hong Kong	82.373.829,00	22.908
China	74.700.418,00	18.209
Irã	44.171.033,00	11.564
Rússia	32.977.293,00	10.959
Egito	20.673.193,00	6.410
Outros países	163.027.734,00	37.194
Total	417.923.500,00	107.243

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Segundo nota divulgada pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), para 2017 a expectativa é que as exportações brasileiras de carne bovina cresçam 10%, superando 1,5 milhão de toneladas. Para isso, a entidade conta com a abertura de mercados como Canadá, México, Taiwan, Coreia do Sul, Indonésia e Japão, que ainda não compram a carne brasileira e poderiam ser influenciados pela abertura do mercado dos Estados Unidos, tradicional referência em termos de padrões sanitários.

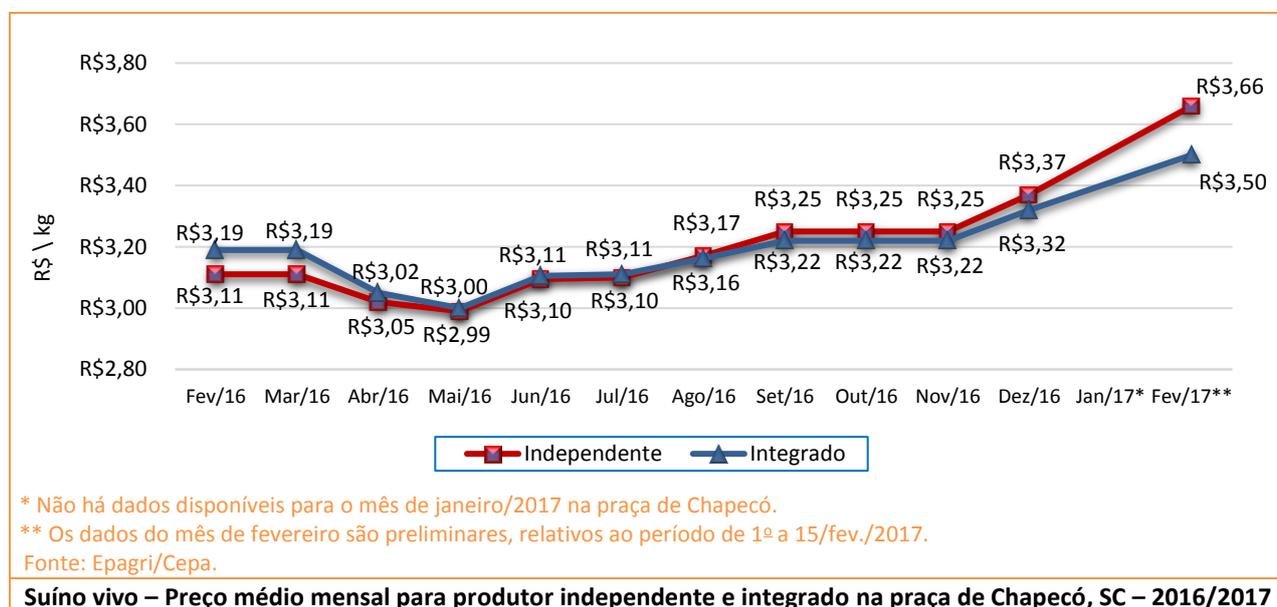
Recentemente o Brasil recebeu a visita de uma missão veterinária do México para inspecionar plantas frigoríficas de bovinos, aves e suínos. A missão visitou estabelecimentos que produzem carnes termoprocessadas para habilitação dos mesmos com vistas à exportação para o mercado mexicano, conforme informou o Mapa. No total, foram inspecionados 11 frigoríficos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Suinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandre giehl@epagri.sc.gov.br

De acordo com os dados preliminares de fevereiro (referentes ao período de 1º a 15 deste mês), os preços do suíno vivo ao produtor em Chapecó, principal praça de Santa Catarina, mantêm o movimento de ascensão iniciado em meados de dezembro. Na comparação com dezembro (os valores de janeiro não estão disponíveis para Chapecó), os preços de fevereiro apresentam variação de 8,61% e 5,42% para o produtor independente e o integrado, respectivamente. Em relação a fevereiro de 2016, as variações foram ainda maiores, atingindo 17,68% para os produtores independentes e 9,72% para os integrados, valores acima da inflação do período (5,44%, segundo o INPC).

Desde maio, quando atingiram-se os patamares mais baixo do ano de 2016, têm sido observadas recuperações sucessivas e gradativas nos preços dos suínos, conforme é possível visualizar no gráfico abaixo.

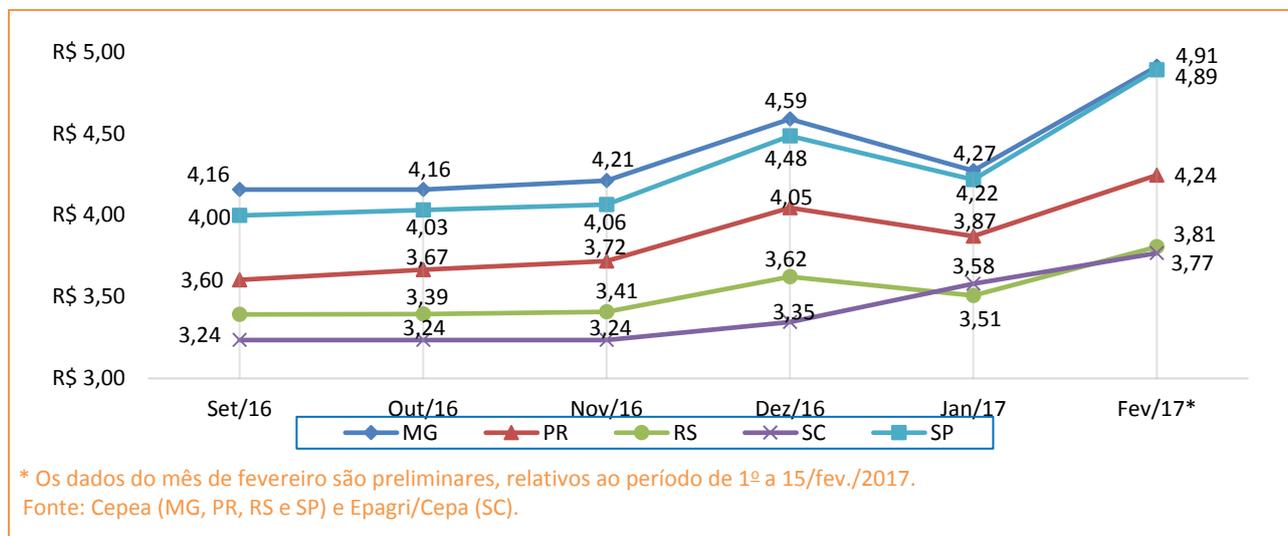


Suíno vivo – Preço médio mensal para produtor independente e integrado na praça de Chapecó, SC – 2016/2017

Com magnitudes distintas, também foram observadas variações positivas de preço em todos os demais importantes produtores de suínos. As maiores variações ocorreram em São Paulo e Minas Gerais, onde os preços aumentaram 15,99% e 14,95%, respectivamente, entre janeiro e fevereiro. A seguir, encontram-se Paraná e Rio Grande do Sul, com aumentos de 9,64% e 8,49%, respectivamente. Em Santa Catarina registrou-se uma variação de 5,23% no período em questão (preço médio estadual para independentes e integrados). Contudo, conforme é possível verificar no gráfico apresentado adiante, com exceção de Santa Catarina, todos os demais estados apresentaram quedas nos valores médios de janeiro em relação a dezembro de 2016. Com isso, ao levar-se em consideração a variação entre dezembro e fevereiro, Santa Catarina passa a registrar o maior índice (12,62%), seguido por São Paulo (9,05%), Minas Gerais (6,99%), Rio Grande do Sul (5,06%) e Paraná (4,91%).

O processo de recuperação dos preços da suinocultura fica ainda mais evidente e expressivo quando se tomam como referência os patamares de fevereiro de 2016. A diferença entre os preços daquele mês e os do atual momento atinge impressionantes 53,77% em São Paulo, 44,37% no Paraná, 38,31% em Minas Gerais, 30,33% no Rio Grande do Sul e 19,59% em Santa Catarina. Torna-se necessário, é claro, levar em

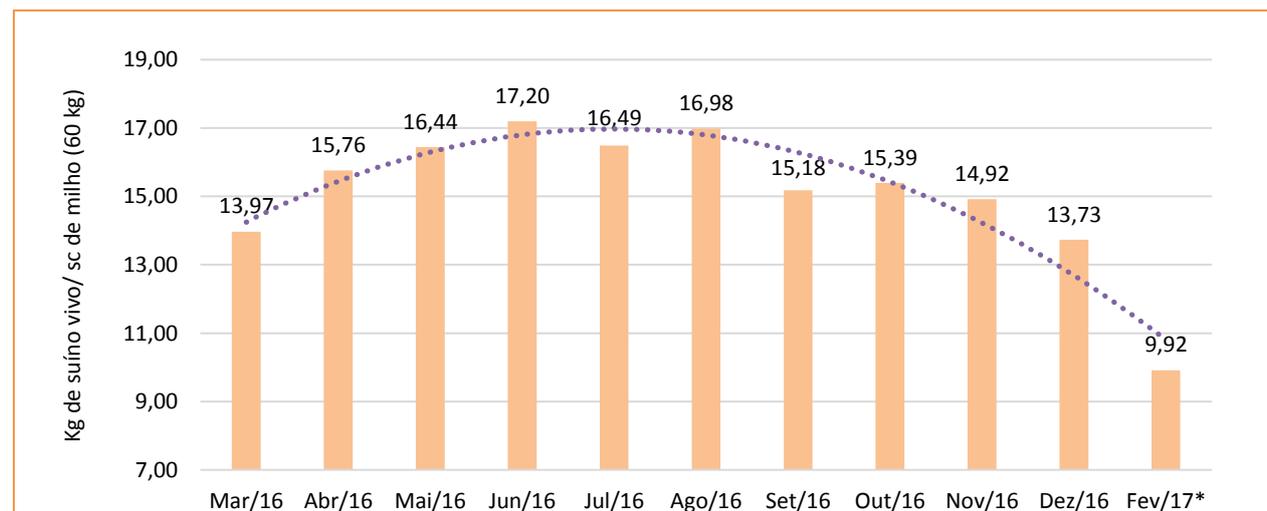
consideração que nesse meio tempo a suinocultura passou por dificuldades e momentos de preços não tão favoráveis, enfrentando uma séria crise em razão de sucessivos aumentos nos custos de produção.



Suíno vivo – Evolução do preço pago nos principais estados produtores – 2016/2017

Conforme já exaustivamente abordado nos boletins anteriores, o principal fator responsável pelo aumento nos custos de produção foi a subida histórica dos preços do milho, componente fundamental da ração para suínos. Em junho de 2016 o ICPSuíno, índice de custos de produção calculado pela Embrapa Suínos e Aves, chegou a atingir 253,74 pontos, o que representava uma alta de 38,82% em relação aos 12 meses anteriores. Na sequência, com o arrefecimento dos preços do milho, registrou-se queda nos custos de produção. Apesar disso, em dezembro de 2016 o ICPSuíno ainda registrava uma alta acumulada de 8,47% no ano.

Já a relação de troca insumo/produto calculada pela Epagri/Cepa apresentou um movimento de queda a partir de setembro de 2016, conforme é possível observar no gráfico abaixo, ocasionado tanto pela redução no preço do milho quanto pelos sucessivos aumentos no preço do suíno vivo.



Para o cálculo da relação de troca insumo/produto, utiliza-se a média entre o preço para o produtor independente e produtor integrado do suíno vivo. Já para o milho, leva-se em consideração o preço de atacado do produto. Ambos os produtos têm como referência os preços da praça de Chapecó/SC.

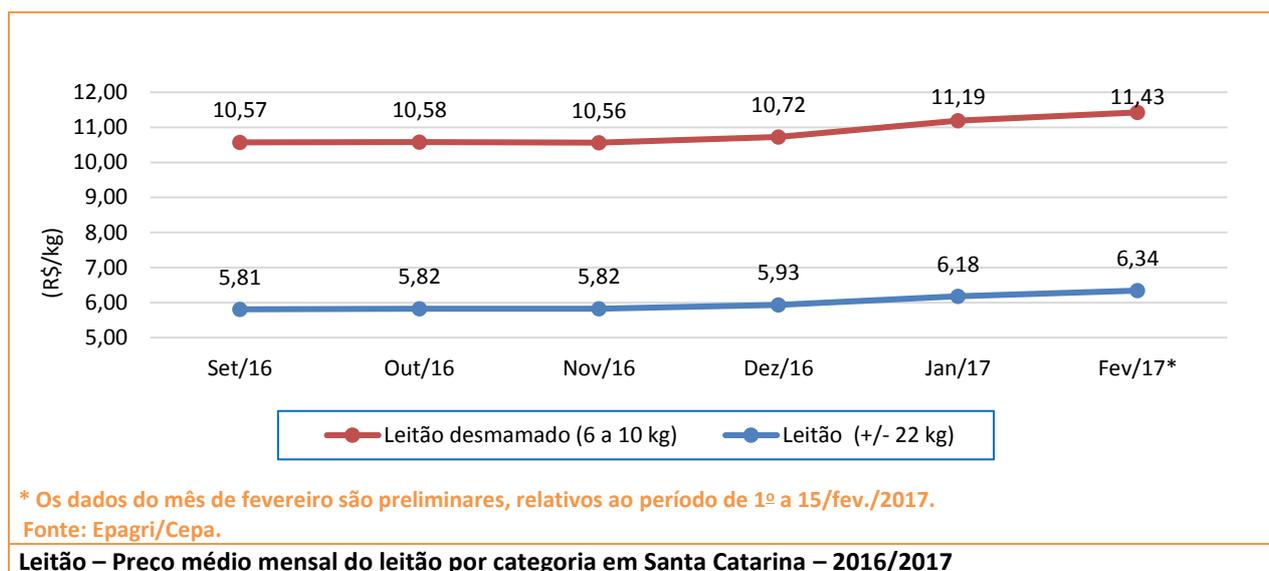
* Os dados do mês de fevereiro são preliminares, relativos ao período de 1º a 15/fev./2017.

Fonte: Epagri/Cepa.

Quantidade necessária de suíno vivo para adquirir um saco de milho (60kg) – Praça de Chapecó, SC – 2016/2017

Em fevereiro deste ano o índice atingiu o valor de 9,92 (dados preliminares), o que representa uma variação de -27,78% em relação a dezembro e de -25,63% na comparação com fevereiro de 2016. Esse se constitui no menor valor atingido pelo índice desde dezembro de 2015.

Ainda em se tratando de custos de produção, é interessante notar que após um período de estabilidade ao longo de 2016, o preço dos leitões apresentou algumas oscilações positivas no último bimestre do ano, movimento que teve continuidade nas primeiras semanas de 2017. Em relação a janeiro, as médias preliminares de fevereiro variaram 2,10% para os leitões de 6 a 10kg e 2,59% no caso dos leitões de +/-22kg. Na comparação com dezembro, as diferenças são de 6,57% para os leitões de 6 a 10kg e 6,83% para os leitões de +/-22kg. Ao se tomar como referência o mês fevereiro de 2016, verificam-se oscilações mais significativas de 10,71% e 11,04% para os leitões de 6 a 10kg e de +/-22kg, respectivamente.



Por ocasião da finalização deste boletim (15 de fevereiro), o milho no atacado era cotado a R\$35,50 na praça de Chapecó. Esse valor representa uma queda de 15,48% em relação ao mesmo período de 2016. Por outro lado, quando comparado com fevereiro de 2015, o preço atual ainda é 25,04% superior.

A priori, não há expectativas de que este ano o milho volte a atingir patamares históricos como aqueles registrados no ano passado. De acordo com o 5º Relatório de Acompanhamento de Safra Brasileira de Grãos 2016/17 elaborado pela Conab, a 1ª safra na temporada 2016/17 deverá ter uma produção de 28,8 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 11,5% em relação ano anterior. Diferentemente do que ocorreu na safra 2015/2016, no atual período as condições climáticas favoreceram o plantio e o desenvolvimento da cultura. Já em relação à 2ª safra, as estimativas preliminares indicam que a produção deve atingir 58,6 milhões de toneladas, um aumento de 44%. A produção total deve ser de 87,4 milhões de toneladas (aumento de 31,4%).

O aumento da produção e a desvalorização do dólar em relação ao real (tornando o milho brasileiro menos competitivo no mercado internacional) são os principais fatores que reforçam as expectativas de que não faltará milho para a alimentação animal e que os preços não atingirão os patamares elevados do ano anterior.

Apesar das perspectivas favoráveis em relação aos insumos e custos de produção, a baixa demanda interna por carnes, em decorrência da crise econômica, ainda se constitui em empecilho para o setor. Em artigo publicado recentemente, o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) destaca que os dados preliminares de 2016 apontam uma queda de 1,45% no consumo aparente de carnes no Brasil.

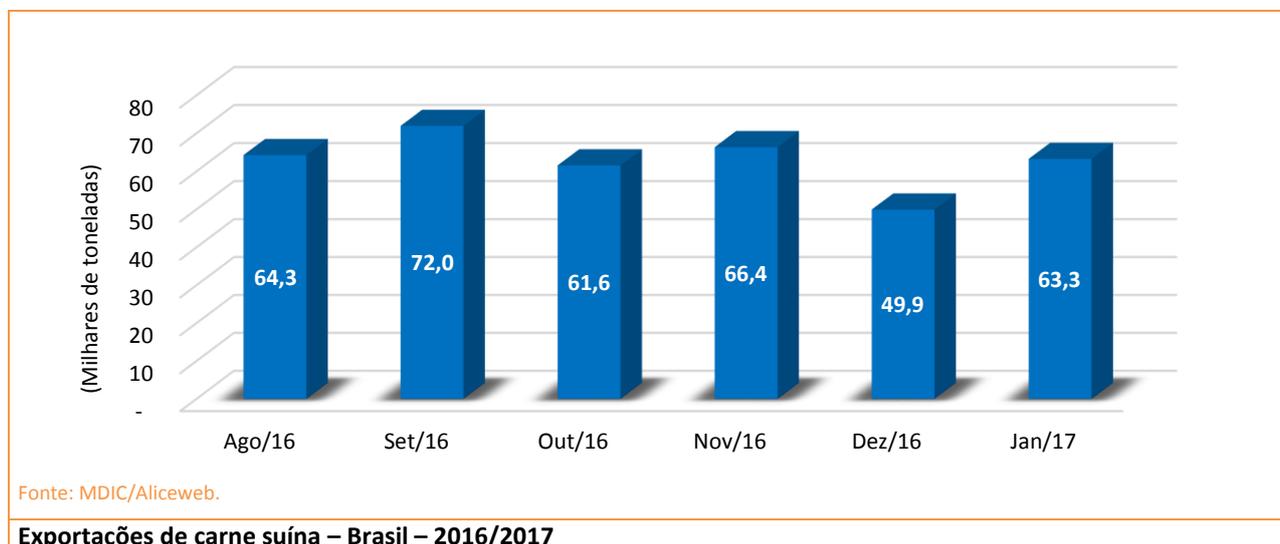
Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), relativos aos abates realizados no âmbito das unidades abrangidas pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF), indicam que em janeiro de 2017

foram abatidos em Santa Catarina 763,2 mil suínos. Apesar desse montante representar uma queda de 7,82% em relação a dezembro, na comparação com o mesmo período de 2016 observa-se um aumento de 4,18%.

Embora analistas mais otimistas ainda façam menção a uma possível recuperação no consumo de carnes no curto prazo, está cada vez mais evidente que o desempenho da suinocultura em 2017 dependerá fortemente das exportações. Essa avaliação é corroborada por técnicos do Rabobank em relatório lançado na segunda semana de fevereiro. Conforme estimativas daquela instituição, a produção brasileira de carne suína deverá crescer 3% este ano e as exportações serão cruciais para equilibrar a disponibilidade interna do produto.

Nesse sentido, os primeiros resultados deste ano são bastante positivos. Conforme o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em janeiro o País exportou 63,4 mil toneladas de carne suína (*in natura*, industrializada e miúdos), o que representa um aumento de 26,70% em relação a dezembro e de 36,51% na comparação com janeiro de 2016. Trata-se do maior volume já exportado pelo Brasil num mês de janeiro.

As receitas atingiram o montante de US\$137,9 milhões, 28,15% acima do valor registrado em dezembro e alta de 74,88% em relação a janeiro de 2016. Assim como mencionado em relação à quantidade, esse é o maior valor já exportado em carne suína no primeiro mês do ano.

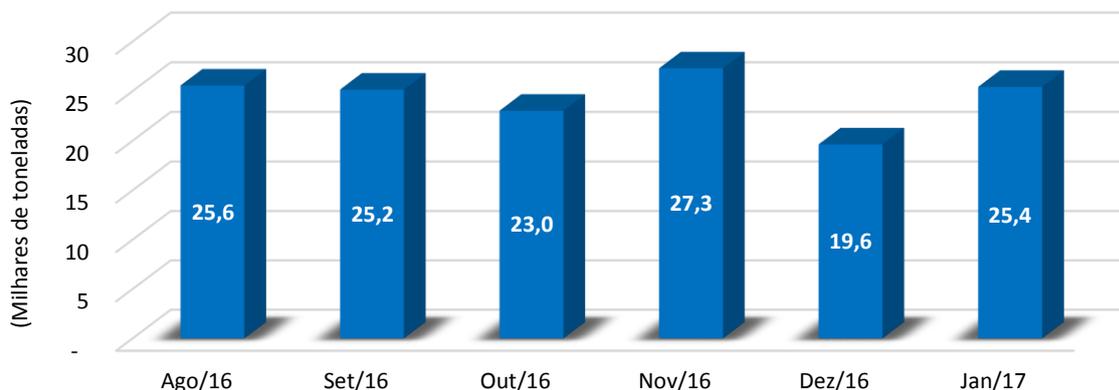


Os principais destinos da carne suína brasileira em janeiro foram Rússia, Hong Kong, Argentina e China, que juntos foram responsáveis por mais de 76,9% das receitas com esse produto. Chama a atenção a participação da Argentina, que ocupou a terceira colocação no referido mês, bem como da Rússia, que aumentou as importações de carne suína do Brasil em relação a janeiro de 2016 (39,2% em quantidade e 137% em receitas), garantindo assim os bons resultados obtidos. Há que se ressaltar ainda que, em relação a janeiro de 2016, a China ampliou suas importações em 277% (em quantidade), mantendo-se como principal aposta para o crescimento das exportações neste ano.

Seguindo a tendência nacional, as exportações de carne suína de Santa Catarina foram bastante positivas em janeiro. O Estado exportou 25,4 mil toneladas, um incremento de 29,54% em relação ao mês anterior e de 50,12% na comparação com janeiro de 2016.

Em termos de receitas, atingiu-se o montante de US\$54,94 milhões, o que representa um crescimento de 30,78% em relação a dezembro e de 91,92% na comparação com janeiro de 2016.

Tanto em termos de quantidade quanto de receitas, este ano registrou os melhores resultados da história das exportações catarinenses de carne suína para o mês de janeiro.



Fonte: MDIC/Aliceweb.

Exportações de carne suína – Santa Catarina – 2016/2017

Os principais destinos da carne suína de Santa Catarina foram Rússia, China e Hong Kong, que juntos responderam por 75,48% das exportações do Estado. Mais uma vez chama-se a atenção para a China, que em relação a janeiro de 2016, ampliou suas compras do Estado em 636,7% em volume de carne e 807,7% em receitas.

Principais destinos das exportações de carne suína – Santa Catarina – janeiro de 2017

País	Janeiro de 2017	
	Valor (US\$)	Qtidade (t)
Rússia	18.497.205,00	8.301
China	11.657.109,00	5.752
Hong Kong	5.703.217,00	3.061
Chile	5.613.284,00	2.495
Argentina	3.885.261,00	1.329
Outros países	9.588.749,00	4.492
Total	54.944.825,00	25.430

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Além do aumento das exportações para a China, as agroindústrias catarinenses seguem com a expectativa da abertura do mercado da Coreia do Sul, que deverá representar um incremento significativo para as vendas do Estado.

Por fim, quanto ao mercado atacadista, os dados da Epagri/Cepa demonstram que, entre dezembro de 2016 e fevereiro deste ano, houve aumento de 3,86% no preço médio estadual da carcaça suína (o valor de fevereiro é preliminar e refere-se ao período de 1º a 15 de fevereiro). Na comparação com fevereiro do ano anterior, os preços atuais encontram-se 13,95% superiores. O aumento é explicado pela menor disponibilidade de carne suína no mercado, seja pela diminuição na produção (muitos produtores e empresas reduziram seus plantéis em função do aumento nos custos de produção e da dificuldade de obtenção de milho para ração) ou pelo aumento das exportações do produto, que em 2016 atingiram patamares históricos.

Leite

Tabajara Marcondes
 Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
tabajara@epagri.sc.gov.br

Nos últimos dias foram divulgados pelo menos dois dados que contribuem para compreender o que se passou recentemente e projetar o que está por vir no curto prazo para o setor leiteiro brasileiro. Um dado é o Índice de Captação de Leite Brasil² (ICAP-L/Cepea) do mês de dezembro de 2016, o outro é relativo às importações brasileiras de lácteos, particularmente as importações relativas ao mês janeiro de 2017.

Em relação ao ICAP-L/Cepea do mês de dezembro, como ficou praticamente idêntico ao do mês de novembro, além de confirmar a relativa estabilidade que tem havido desde setembro na oferta total de leite nos sete estados pesquisados, também indica a possibilidade de que nos primeiros meses de 2017 se repita o que já se observou em 2015 e 2016: a quantidade de leite recebida pelas indústrias dos sete estados pesquisados³ ficar em patamares menores que as dos mesmos meses do ano anterior.

Índice de Captação de Leite Cepea (ICAP-L/Cepea) - Brasil - 2012- 16									
Mês	Índice					Variação %			
	2012	2013	2014	2015	2016	2013/12	2014/13	2015/14	2016/15
Janeiro	143,30	150,35	169,99	188,34	185,67	4,9	13,1	10,8	-1,4
Fevereiro	140,08	145,41	165,31	189,51	177,17	3,8	13,7	14,6	-6,5
Março	134,77	138,70	158,95	176,97	164,15	2,9	14,6	11,3	-7,2
Abril	134,16	135,89	155,36	171,85	158,59	1,3	14,3	10,6	-7,7
Mai	134,51	134,24	155,29	172,59	156,01	-0,2	15,7	11,1	-9,6
Junho	139,81	143,28	161,97	179,98	158,23	2,5	13,0	11,1	-12,1
Julho	143,56	149,08	168,12	182,98	166,19	3,8	12,8	8,8	-9,2
Agosto	145,20	152,11	177,21	191,43	176,49	4,8	16,5	8,0	-7,8
Setembro	144,45	156,09	182,88	197,68	187,50	8,1	17,2	8,1	-5,1
Outubro	143,83	162,24	182,14	195,97	187,65	12,8	12,3	7,6	-4,2
Novembro	150,93	167,94	193,85	196,78	188,73	11,3	15,4	1,5	-4,1
Dezembro	154,48	170,50	195,14	194,29	188,54	10,4	14,5	-0,4	-3,0
Total	1.709,08	1.805,83	2.066,21	2.238,37	2.094,92	5,7	14,4	8,3	-6,4

Fonte: Cepea (Base 100 = junho/2004)

Sobre a afirmativa de decréscimo na produção comercializada também de 2014 para 2015, cabe a explicação de que não está baseada nos números do ICAP-L/Cepea, que, ao contrário, indicam que a captação total de leite nos sete estados teria crescido sensivelmente entre esses dois anos. A fonte é a Pesquisa Trimestral do Leite/IBGE (PTL/IBGE), cujos dados mostram que em todos os meses de 2015 a quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas foi inferior à dos mesmos meses de 2014. Ou seja, a se confirmar a redução na produção comercializada nos primeiros meses de 2017, segundo a PTL/IBGE seria o terceiro ano seguido que iniciaria com menor oferta de leite às indústrias inspecionadas. Caso isso se confirme e, dependendo do que ocorrer nos meses posteriores, poderia ser também o terceiro ano seguido de redução na oferta de leite às indústrias brasileiras inspecionadas.

² Esse índice é baseado em amostragem e objetiva registrar as variações nos volumes diários captados no RS, PR, SP, MG, GO, BA e SC. A média nacional é calculada conforme o peso mensal de cada estado quanto ao volume produzido, conforme informações do IBGE.

³ Segundo a Pesquisa Trimestral do Leite/IBGE estes estados representam cerca de 85% da quantidade de leite cru recebido pelas indústrias inspecionadas do Brasil.

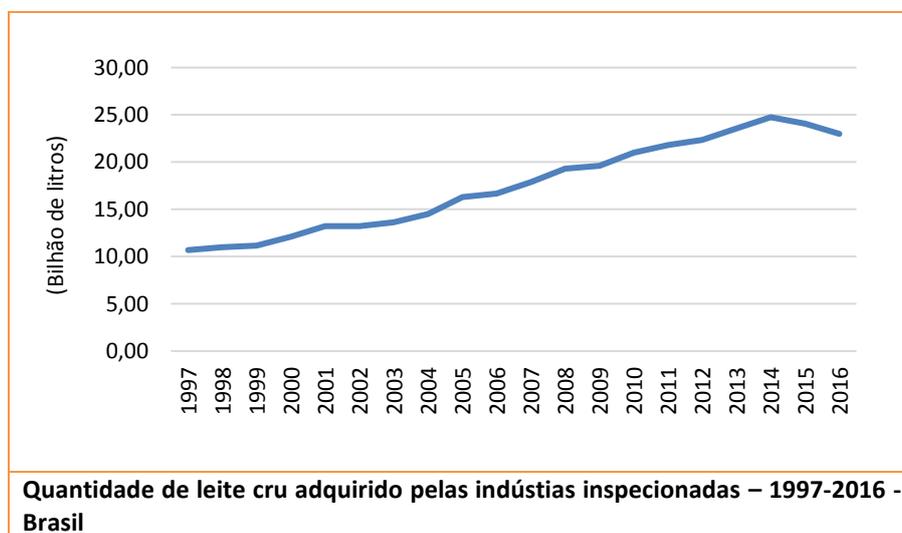
Brasil - Quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas - 2012- 16

Mês	Bilhão de litros					Variação %			
	2012	2013	2014	2015	2016	2013/12	2014/13	2015/14	2016/15
Janeiro	2,021	2,046	2,229	2,208	2,072	1,2	9,0	-1,0	-6,2
Fevereiro	1,851	1,783	1,922	1,900	1,891	-3,6	7,8	-1,1	-0,4
Março	1,895	1,852	2,038	2,028	1,898	-2,3	10,0	-0,5	-6,4
Abril	1,721	1,756	1,911	1,851	1,745	2,1	8,8	-3,1	-5,7
Mai	1,757	1,767	1,948	1,886	1,738	0,6	10,2	-3,2	-7,9
Junho	1,761	1,814	1,939	1,908	1,724	3,0	6,9	-1,6	-9,7
Julho	1,870	1,979	2,018	1,985	1,892	5,8	2,0	-1,6	-4,7
Agosto	1,884	2,004	2,124	2,018	1,986	6,3	6,0	-5,0	-1,6
Setembro	1,777	2,009	2,085	1,988	1,959	13,0	3,8	-4,7	-1,5
Jan/Set	16,536	17,009	18,214	17,772	16,904	2,9	7,1	-2,4	-4,9
Outubro	1,864	2,142	2,119	2,074	-	14,9	-1,1	-2,1	-
Novembro	1,901	2,171	2,152	2,066	-	14,2	-0,9	-4,0	-
Dezembro	2,037	2,231	2,262	2,151	-	9,5	1,4	-4,9	-
Total	22,338	23,553	24,747	24,062	-	5,4	5,1	-2,8	-

Nota: Os dados de 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Embora flutuações de produção sejam corriqueiras na agropecuária, o caso do leite chama atenção pelo fato de que a produção comercializada no Brasil vinha crescendo sem exceção desde os anos de 1990, em alguns anos a taxas muito significativas. De 2005 a 2014, por exemplo, a taxa média foi superior a 5%.



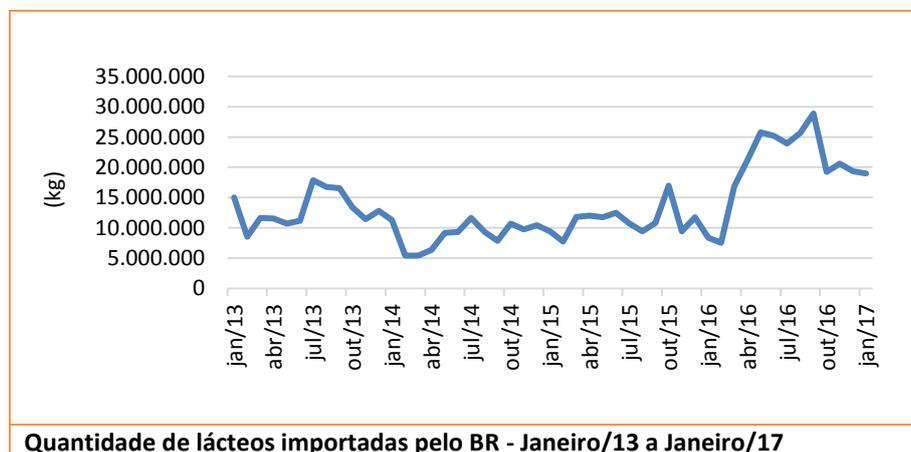
Em Santa Catarina, o comportamento recente tem sido diferente e, com raras exceções, a quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas cresce a taxas superiores à do Brasil. Com isso, o Estado ampliou significativamente sua participação na oferta de leite às indústrias brasileiras: 2,73%, em 1997; 5,02%, em 2005; 7,53%, em 2010; podendo ter passado de 11% em 2016. Com isso, primeira vez na história a quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias de Santa Catarina superará a de Goiás, possivelmente em mais de 10%. Isso é um indicativo também de que Santa Catarina ocupou ou está prestes a ocupar 4ª posição na produção de leite, superando Goiás e permanecendo atrás apenas de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, que ocuparam a 1ª, 2ª e 3ª posição na produção brasileira de 2015 (último ano que tem a produção total disponível).

Santa Catarina - Quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas - 2012-16									
Mês	Milhão de litros					Variação %			
	2012	2013	2014	2015	2016	2013/12	2014/13	2015/14	2016/15
Janeiro	174,0	188,7	189,2	212,3	206,9	8,4	0,3	12,2	-2,6
Fevereiro	164,2	161,9	163,4	174,2	181,9	-1,4	0,9	6,7	4,4
Março	170,4	162,2	166,0	182,1	189,1	-4,8	2,3	9,7	3,8
Abril	150,8	147,0	155,4	168,8	171,0	-2,5	5,7	8,6	1,3
Mai	160,2	151,8	170,5	180,9	178,2	-5,2	12,3	6,1	-1,5
Junho	164,5	156,9	179,5	191,7	178,5	-4,6	14,4	6,8	-6,9
Julho	186,5	183,0	197,2	198,1	211,2	-1,8	7,7	0,5	6,6
Agosto	198,2	196,0	230,6	214,6	240,2	-1,1	17,7	-6,9	11,9
Setembro	181,8	197,4	228,6	214,7	240,4	8,6	15,8	-6,1	12,0
Jan/Set	1.550,6	1.545,0	1.680,3	1.737,5	1.797,3	-0,4	8,8	3,4	3,4
Outubro	182,8	194,9	227,2	207,4	-	6,6	16,6	-8,7	-
Novembro	183,7	187,6	212,6	200,2	-	2,1	13,3	-5,8	-
Dezembro	186,7	190,2	219,6	203,3	-	1,9	15,4	-7,4	-
Total	2.103,8	2.117,7	2.339,7	2.348,4	-	0,7	10,5	0,4	-

Nota: Os dados de 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

No que diz respeito às importações brasileiras de lácteos, em janeiro de 2017 houve decréscimo apenas discreto na quantidade importada, em relação aos últimos meses de 2016. Além disso, foi a maior quantidade importada no mês janeiro dos últimos cinco anos (2013 a 2017). É difícil saber o comportamento que prevalecerá nos próximos meses, mas, considerando que entre outros aspectos o nível de importações é influenciado pelos níveis dos preços internacionais e dos preços internos, chama a atenção a manutenção em patamares tão elevados, já que ainda ao longo do segundo semestre de 2016 os preços internacionais se elevaram e os preços internos decresceram, o que supostamente desestimularia as importações.



Se em alguns anos as importações têm pouca relevância na oferta e passam despercebidas, esse não foi o caso de 2016. A sua conversão em equivalente litros de leite mostra que a quantidade importada representou cerca de 7,5% do total de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas do Brasil, percentual muito acima, por exemplo, dos alcançados nos

anos de 2014 e 2015, de 2,6% e 4,1%, respectivamente. Em janeiro/17, embora não sejam tão significativas quanto as do ano de 2016, as importações devem ter representado pelo menos 5,5% do leite adquirido pelas indústrias brasileiras, o que indica que continuam tendo importante peso na oferta e preços internos.

Apesar disso, desde o final do ano passado tem havido reposicionamentos de alguns preços da cadeia produtiva. No caso dos preços aos produtores catarinenses, isso se refletiu de maneira particularmente significativa nos preços recebidos neste mês de fevereiro (pagamento pelo leite vendido em janeiro).

Leite - Preço médio mais comum aos produtores catarinenses, no período de pagamento - 2015-17

Mês	R\$/l posto na propriedade			Var. (%)	
	2015	2016	2017	2016/15	2017/16
Janeiro	0,75	0,91	1,10	21,4	21,4
Fevereiro	0,73	0,95	1,20	30,8	26,3
Março	0,76	1,02		33,9	
Abril	0,80	1,07		34,3	
Maiο	0,87	1,11		27,0	
Junho	0,89	1,19		33,0	
Julho	0,91	1,29		40,7	
Agosto	0,93	1,52		64,1	
Setembro	0,92	1,41		53,0	
Outubro	0,90	1,24		37,0	
Novembro	0,87	1,10		25,6	
Dezembro	0,89	1,08		22,1	
Média anual	0,85	1,16		36,5	

Fonte: Epagri/Cepa.